

## A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude \*\*

### 1. INTRODUÇÃO

Estudar o processo de instauração e consolidação do Estado Novo sob a perspectiva da sua interacção com a sociedade e, num sentido mais estrito, dos métodos de sociabilização política usados pelo regime para perpetuar as suas estruturas e a sua cultura no tempo deve, indiscutivelmente, incluir uma análise da sua política de juventude. Entende-se aqui por sociabilização política o sistema de transmissão cultural que visa a canalização do comportamento da juventude em moldes política e socialmente aceitáveis, quer para um envolvimento activo na vida política da sociedade, quer para um comportamento de passividade política. O regime de Salazar utilizou uma vasta gama de instrumentos no processo de sociabilização política da juventude, exercendo sobre cada um destes instrumentos o máximo controle possível dentro dos limites impostos pela sociedade.

A missão de sociabilização da juventude era, tradicionalmente, em primeiro lugar, uma prerrogativa da família. Como a família foi o elemento mais pequeno e mais afastado do vértice do modelo hierárquico salazarista da sociedade, e por isso uma instituição muito difícil de influenciar ou controlar directamente, as iniciativas do Estado Novo no sentido de instrumentalizá-la nunca conheceram o alcance ou profundidade das medidas tomadas no ensino ou no associativismo juvenil. Assim, a instituição da organização Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN, criada em Setembro de 1936), uma iniciativa de algumas mulheres da alta sociedade, não teve uma grande ressonância em termos organizativos, muito menos da sua congénere italiana, a Opera Nazionale per la Maternità e l'Infanzia, cuja política de propaganda de procriação tinha uma grande envergadura <sup>1</sup>.

\* Instituto Universitário Europeu, Florença.

\*\* Este artigo deriva de uma tese de doutoramento em curso sobre a *Mocidade Portuguesa na política de juventude do Estado Novo (1936-1974)*.

<sup>1</sup> Obra das Mães para a Educação Nacional, *OMEN — Orientação e Afins*, Lisboa, 1938. Para uma análise do papel do *OMEN* na política do Estado Novo, v. Maria Belo, Ana Paula Alão e Iolanda Neves Cabral, «O Estado Novo e as mulheres», in *O Estado Novo — Das Origens ao Fim da Autarquia, 1926-1959*, Lisboa, 1987, vol. II, pp. 263-279.

Mais ao alcance do controle político do Estado Novo estava o sistema de ensino, que logo a partir do golpe militar de 28 de Maio de 1926 veio a sofrer uma série de profundas reformas no sentido de tornar a escola *uma* «sagrada oficina de almas»<sup>2</sup>. O sistema de ensino português, essencialmente um sistema centralizado e com um papel muito limitado para o ensino particular, já conheceu «momentos fortes» de instrumentalização estatal anteriores, dos quais a política republicana de transformação da sociedade através da reforma do sistema educativo tinha deixado os rastros mais profundos. O Estado Novo continuou a tradição de encarar o sistema educativo como um meio de tecnologia social, mas vinha a inverter a política de educação republicana, na medida em que tentava transformar a escola de instituição geradora de mobilidade social num instrumento de preservação da estrutura social da sociedade portuguesa dos anos 30<sup>3</sup>.

O último instrumento de sociabilização política da juventude, e o único expressamente criado para esse fim, era a Organização Nacional Mocidade Portuguesa, instituída pelo Decreto-Lei n.º 26 611, de 19 de Maio de 1936. Saliente-se que a criação da Mocidade Portuguesa não é o primeiro exemplo de medidas governamentais visando a aproveitamento do tempo livre dos alunos para fins nacionais: baseando-se na experiência dos chamados batalhões escolares, o regime republicano já tinha tentado instaurar a instrução militar preparatória, aliás sem êxito, e tinha havido igualmente iniciativas privadas, de maior durabilidade, como as da criação da Associação dos Escuteiros Portugueses (AEP, 1911) e do Corpo Nacional de Escutas (CNE, 1923). Todavia, nenhuma destas organizações tinha um alcance tão vasto como a Mocidade Portuguesa, que, em teoria, era uma organização totalitária — o seu regulamento determinou que todos os portugueses dos 7 aos 14 anos, estudantes ou não, obrigatoriamente, pertenciam a ela. Desta maneira, a possibilidade de adoptar medidas para a mobilização *de facto* de toda a juventude ficava sempre aberta, facto que

---

<sup>2</sup> A bibliografia sobre a política de educação do Estado Novo é vasta. Apenas referimos aqui as principais obras sobre o período e consolidação do Estado Novo utilizadas neste trabalho: Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal, desde a Fundação da Nacionalidade até o Fim do Regime Salazar-Caetano*, Lisboa, 1986; João Manuel Formosinho, *Educating for Passivity — a Study of Portuguese Education (1926-1986)*, ph. thesis, University of London, s. d.; Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, 1987; António Nóvoa, *Le temps des professeurs*, vol. II, Lisboa, 1987; Stephen R. Stoer e Helena Costa G. Araújo, «A contribuição da educação para a formação do Estado Novo: continuidades e rupturas, 1926-1933», in *O Estado Novo — Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, Lisboa, 1987, vol. II, pp. 125-147, e Vasco Pulido Valente, *O Estado Liberal e o Ensino: os Liceus Portugueses*, Lisboa, 1973.

<sup>3</sup> Para uma discussão das teorias sobre o papel do ensino na mobilidade social e a influência que estas teorias tiveram nos meios governativos do Estado Novo, cf. Sérgio Grácio, *Política Educativa como Tecnologia Social. As Reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983*, Lisboa, 1986, pp. 32-40, e Maria Filomena Mónica, *ob. cit.*, pp. 115-129.

influenciou muito o posicionamento da Mocidade Portuguesa face a outros organismos sociais, e vice-versa, como tentaremos demonstrar adiante.

O objectivo do presente ensaio é o de dar uma contribuição para o estudo do papel da Mocidade Portuguesa no processo de consolidação do Estado Novo. Trata-se, inicialmente, de uma tentativa de analisar os factores que levaram à criação da Mocidade Portuguesa, baseada numa análise da interacção entre uma pressão mobilizadora a partir de baixo, exercida por estudantes e professores integrados no movimento nacional-sindicalista, e a política desmobilizadora do regime. Procuraremos demonstrar que a forma que a Mocidade Portuguesa assumiu foi em primeiro lugar o resultado da conjuntura política verificada em 1935 e 1936, que pressionou o regime para uma radicalização da sua política, e só num grau menor resultado de uma execução programática das bases ideológicas do regime, definidas pela primeira vez no manifesto da União Nacional em 1930 <sup>4</sup>.

Seguidamente, daremos um esboço dos traços gerais da evolução da própria Mocidade Portuguesa, utilizando quatro ópticas diferentes: a do processo de inserção no universo em que viria a actuar, que era principalmente o ambiente liceal; a da influência de modelos exteriores, que se fazia sentir através do programa de intercâmbio com a *Hitlerjugend* e as organizações de juventude italianas; a da influência do exército; a do comportamento da Igreja face à organização nacional de juventude que operou em concorrência com as *organizações juvenis* da Acção Católica Portuguesa. Assim, tentaremos realçar o contraste entre o discurso *mobilizador* dos dirigentes da Mocidade Portuguesa — o comissário nacional, Nobre Guedes, chegou mesmo a preconizar a filiação obrigatória para todos os futuros funcionários públicos <sup>5</sup> — e a prática, muito mais moderada, que denunciava mais uma tendência de enquadramento de uma parte restrita da juventude escolar do que de mobilização da juventude em geral <sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Cf. Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX. Para Uma Explicação Sociológica do Papel dos Militares*, Lisboa, 1985, p. 315, que interpreta o artigo 56.º da Constituição de 1933, que afirmava que «o Estado protege e auxilia instituições civis que tenham por fim adestrar a mocidade, em ordem a prepará-la para o cumprimento dos seus deveres militares e patrióticos», como uma indicação de que Salazar já em 1933 estivesse a considerar a criação de uma organização da juventude de tipo pré-militar ou paramilitar. Embora não negando a importância crucial do consentimento de Salazar numa questão tão importante como a constituição da Mocidade Portuguesa, parece-nos pouco provável que o ditador tenha estado muito interessado no projecto, dada a baixa prioridade da sua execução.

<sup>5</sup> Nobre Guedes, prefácio ao *Boletim* de 1937 (Organização Nacional Mocidade Portuguesa), Porto, 1938, p. 8.

<sup>6</sup> Cf. João Manuel Formosinho, *ob. cit.*, pp. 327-345, que denota a coexistência de discursos totalitários e autoritários em relação à Mocidade Portuguesa, sem, porém, dar muita importância aos factores que fizeram prevalecer o discurso autoritário.

## 2. ANTECEDENTES E PRIMEIROS PROJECTOS. MOBILIZAÇÃO VERSUS ENQUADRAMENTO: DAS JUNTAS ESCOLARES DO INTEGRALISMO LUSITANO À CONSTITUIÇÃO DA MOCIDADE PORTUGUESA

«Há uma afirmação de força e de virilidade na iconoclastia das novas gerações. Mas há também uma afirmação de inteligência no seu esforço construtivo. Inteligência, força e virilidade, eis o que caracteriza as camadas novas <sup>7</sup>.» (Marcelo Caetano, 1926.)

Nada se faria de grande e perdurável em Portugal se os novos, que estão chegando ao parapeito, não trouxessem a mentalidade necessária: nova e capaz. Agora: é preciso ver o que é um espírito novo! Porque há velhos que são novos e novos que são velhos <sup>8</sup>!» (Salazar, 1935.)

Caracterizar a geração que frequentava os últimos anos de liceu e a universidade na alvorada da ditadura militar como uma geração iconoclasta, tal como descrita acima pelo jovem estudante de Direito Marcelo Caetano, seria um exagero. Longe de ser um auto-retrato de uma geração, parece tratar-se aqui de uma expressão das próprias ambições do futuro comissário nacional da Mocidade Portuguesa e sucessor de Salazar. O que conta aqui, todavia, não é o número relativo de jovens «iconoclastas» e integralistas, mas a sua capacidade de se organizarem e de influenciarem o processo de consolidação do Estado Novo mediante as suas próprias organizações independentes. Essa capacidade organizativa verificou-se a partir de 1929, ano em que foi criada a Junta Escolar do Integralismo Lusitano de Lisboa, órgão coordenador de um «núcleo de estudantes que apenas querem bem servir o seu país» <sup>9</sup>.

A sucessiva evolução pode ser dividida em três fases: a das juntas escolares do integralismo lusitano, até 1932; a da integração do movimento de estudantes integralistas no movimento nacional-sindicalista (1932-1934), e, finalmente, a do enquadramento dos estudantes nacionalistas na organização semiautónoma Acção Escolar Vanguarda (1933-1936).

Antes de nos debruçarmos sobre o complexo inter-relacionamento entre a pressão exercida por sectores radicais próximos do regime ou integrados nele e as cedências à radicalização da política feitas pelos meios conservadores, convém recordar que Salazar desde cedo expressara a sua intenção de ensaiar uma nova política de formação e moralização da juventude, embora em termos muito cautelosos. O manifesto da União Nacional, de 1930,

---

<sup>7</sup> Entrevista com Marcelo Caetano, *Ordem Nova*, n.ºs 9-10, Novembro de 1926, pp. 322-323.

<sup>8</sup> Entrevista com Salazar, *A Verdade*, 24-8-1935.

<sup>9</sup> «Fazer política», in *Política — Órgão da Junta Escolar do Integralismo Lusitano*, ano 1, n.º 1, 15-4-1929.

definiu como um dos seus fins «interessar superiormente a mocidade no estudo e conhecimento dos assuntos históricos, administrativos, financeiros, económicos, sociais e coloniais de Portugal». No entanto, as iniciativas oficiais neste sentido foram sempre tomadas fora do quadro da União Nacional, como, por exemplo, no Ministério da Instrução Pública, pelo ministro Cordeiro Ramos, e tinham um alcance muito limitado, como veremos adiante. A conjuntura favorável para a constituição de uma organização de toda a juventude só se ia verificar em finais de 1935, numa altura em que o regime, através da experiência nacional-sindicalista e das juntas escolares do integralismo lusitano, tinha aprendido que era preciso intensificar o contacto com a sociedade se quisesse controlá-la mais eficazmente.

As juntas escolares do integralismo lusitano, constituídas em finais dos anos 20, ainda tinham características muito comuns com outros clubes políticos de estudantes: organizadas em pequena escala, dedicaram-se sobretudo ao estudo e discussão da política actual, divulgando as suas ideias nos seus próprios órgãos de imprensa, como a *Acção* (Coimbra) e a *Política* (Lisboa). Entre os dirigentes das várias juntas figuravam futuros membros do movimento nacional-sindicalista de Rolão Preto, como Dutra Faria e Amaral Pyrrait, e também o futuro presidente da Acção Escolar Vanguarda, António de Almodôvar<sup>10</sup>.

É a partir de 1932 que o movimento de juventude da direita radical começa a obter maior vulto, embora já não como organização independente, mas como parte integrante do recém-criado movimento nacional-sindicalista. O movimento dos camisas azuis, que conheceu um rápido crescimento em 1933, conseguiu captar um número significativo de estudantes, aliciando-os com um discurso centrado sob o tema da necessidade de rejuvenescimento dos quadros políticos e administrativos da nação como condição para a renovação da política em moldes integralistas. O número relativo de estudantes ou ex-estudantes sem profissão entre os aderentes ao movimento nacional-sindicalista é estimado em 12%, mas a sua influência ao nível dirigente era maior, constituindo 36% dos dirigentes nacionais e distritais<sup>11</sup>.

A luz destes factos, a tática escolhida por Salazar para fazer frente aos nacionais-sindicalistas não assentava logo na repressão pura e simples do movimento. Como passo preliminar, foi preciso enfraquecê-lo, roubando-lhe o seu apoio estudantil. Para esse fim, os estudantes nacionalistas foram enquadrados na Acção Escolar Vanguarda, fundada em finais de 1933. A Acção Escolar Vanguarda foi desde o início patrocinada e controlada pelo

---

<sup>10</sup> António de Almodôvar, em 1934 presidente da Acção Escolar Vanguarda, tinha sido presidente do Núcleo da Faculdade de Letras da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano em 1931 (v. *Política* — *Órgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano*, ano II, n.º 19, 5-3-1931).

<sup>11</sup> Percentagem referente aos aderentes obtida a partir das listas de aderentes publicadas na *Revolução*: para as percentagens referentes aos quadros directivos, cf. António Costa Pinto, «As elites políticas e a consolidação da salazarismo: o nacional-sindicalismo e a União Nacional», in *Análise Social*, vol. xxvii, n.ºs 116-117, 1992, pp. 575-613.

Secretariado da Propaganda Nacional, igualmente criado em 1933 para indoutrinar a opinião pública com a ideologia conservadora do regime. Nota-se que o SPN era um órgão de Estado: a União Nacional também tinha os seus próprios serviços de propaganda, mas estes não foram significativamente reforçados em 1934, deixando claro que Salazar evitava criar condições que pudessem favorecer um maior grau de dinamismo ao «seu» partido. Da mesma maneira, a Acção Escolar Vanguarda não foi concebida como secção juvenil da União Nacional, ao contrário dos movimentos de juventude que lhe serviram de modelo: tanto a *Hitlerjugend* quanto os *fasci giovanili di combattimento* e os *gruppi universitari fascisti* italianos foram controlados pelos respectivos partidos. A incorporação de uma organização juvenil de carácter mobilizador na União Nacional teria constituído um potencial catalisador que podia ameaçar a vocação socialmente pacificadora e politicamente desmobilizadora da «liga patriótica de todos os portugueses dispostos a trabalhar pela salvação e engrandecimento de Portugal». É manifesta aqui a preocupação de Salazar de afastar qualquer tendência miliciana da União Nacional, uma linha política mantida com sucesso ao longo dos anos 30, com o «apagamento» dos dirigentes mais irrequietos e radicais da União Nacional, como, por exemplo, Nobre Guedes, nas organizações paramilitares fundadas em 1936, a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa <sup>12</sup>.

Enquanto a fundação de organizações como a Acção Escolar Vanguarda não fora prevista no programa político de Salazar, devendo considerar-se o seu aparecimento como consequência da conjuntura política de 1933 <sup>13</sup>, a execução do projecto foi friamente planeada nos gabinetes do SPN, de maneira que não se deixasse nada ao acaso. Já em Outubro de 1933 foram contratados dois publicistas nacionalistas, Augusto da Costa e Alfredo Pimenta, para elaborarem o *corpus* da ideologia vanguardista em dois opúsculos, intitulados *Contra Todas as Internacionais* e *O Problema Universitário em Portugal*, ficando o ideário político e a doutrina da Acção Escolar Vanguarda definidos ainda antes da sua existência oficial <sup>14</sup>. António Eça de Queirós, filho do grande escritor e conhecido pelas suas ideias de extrema-direita (aderira ao movimento nacional-sindicalista em Junho de 1933), foi encarregado da supervisão do movimento nacionalista de estudantes, tendo o presidente da Acção Escolar Vanguarda, Ernesto de Oliveira e Silva (também aderente do movimento de Rolão Preto), um papel claramente subordinado.

A Acção Escolar Vanguarda era um pequeno movimento de juventude, com carácter voluntário, o número de filiados nunca ultrapassando os 2000,

---

<sup>12</sup> Cf. Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, 1988, p. 182.

<sup>13</sup> Cf. a conclusão de António Costa Pinto e Nuno Afonso Ribeiro em *A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936). A Juventude Nacionalista nos Primórdios do Estado Novo*, Lisboa, 1980, pp. 69-73.

<sup>14</sup> Segundo consta da lista de vencimentos do SPN de Novembro e Dezembro de 1933, «AOS/CO/PC-19, relações discriminadas das despesas efectuadas (SPN)».

e este máximo foi só mantido por alguns meses durante o primeiro ano da sua existência. Em 1935 a organização já tinha caído na letargia, o que tinha repercussões no número de filiados, sobretudo em Lisboa, onde baixara de, aproximadamente, 1000 em Maio de 1934 a uns meros 200 um ano mais tarde <sup>15</sup>. As possibilidades de recuperar foram muito restritas, visto que a política de recrutamento de filiados, da responsabilidade do SPN, se limitava ao enquadramento de estudantes em escolas e universidades onde já existia alguma actividade política (designadamente da Federação das Juventudes Comunistas e do movimento nacional-sindicalista), nunca passando a uma mobilização activa em meios académicos, onde o interesse dos estudantes em questões políticas fora fraco <sup>16</sup>. A existência de organizações independentes de estudantes nacionalistas, como, por exemplo, o Grupo Universitário Nacionalista Salazar, grupo de 70 estudantes nacionalistas activos em Coimbra no início de 1934, foi contrariada: fora dos quadros da Acção Escolar Vanguarda não podia haver actividade política de estudantes, mesmo que fosse política de apoio ao Estado Novo <sup>17</sup>.

A partir de 1935, a Acção Escolar Vanguarda foi confrontada com um crescente desinteresse da parte do governo, o qual, uma vez que a organização dos estudantes nacionalistas tinha cumprido a sua missão de segregar o sector académico do movimento nacional-sindicalista, praticamente deixou cair a organização. Além disso, em Novembro de 1934 tinham sido descobertas irregularidades nas despesas da Acção Escolar Vanguarda, que levaram António Ferro a proceder a um inquérito rigoroso e a uma suspensão temporal dos subsídios <sup>18</sup>. A organização, que até ao seu desaparecimento carecia de um regulamento e de uma orgânica uniforme, não possuía a autonomia necessária para manter o número de filiados ao nível do ano

---

<sup>15</sup> O número de filiados lisboetas é referido por António Eça de Queirós numa carta não datada a Salazar em que lhe descreve o programa da participação da Acção Escolar Vanguarda na festa de 28 de Maio de 1934, «AOS/CO/ED-1D, actividades da Acção Escolar Vanguarda (1934-1936)». O número de 1935 é alegado por um filiado da organização numa carta dirigida a Salazar de 29-4-1935, «AOS/CO/ED-10, crítica à actividade da Acção Escolar Vanguarda».

<sup>16</sup> Cf. a observação de Artur Maciel, chefe dos serviços internos do SPN, num relatório sobre as actividades do SPN no Norte da país no 1.º trimestre de 1934: «Ao contrário, em Coimbra, segundo as opiniões que pude ouvir, julgo que não se torna indicada até ao fim do ano lectivo qualquer tentativa de organização vanguardista, pelo menos entre os estudantes universitários. *Há uma grande massa indiferente, por assim dizer, a questões políticas.*» (Itálicos meus.) [«AOS/CO/PC-12A, organização de conferências e de espectáculos teatrais no Porto, Braga, Viana do Castelo (1934)».]

<sup>17</sup> O Grupo Universitário Nacionalista Salazar, «milícia [sic] académica», que nos seus estatutos se propunha desenvolver e fortalecer os princípios do Estado corporativo: «família, autoridade, hierarquia, ordem, progresso e propriedade», não era bem visto pelo regime: o presidente do GUN era conhecido pela sua alegada «falta de capacidade mental e o péssimo processo de actuação» («AOS/CO/PC-12A, organização de conferências e de espectáculos teatrais no Porto, Braga e Viana do Castelo, relatório de Artur Maciel, chefe dos serviços internos do SPN, para Salazar, 25-3-1934»).

<sup>18</sup> Carta de António Ferro a Salazar (21-11-1934), «AOS/CO/ED-1D, actividade da Acção Escolar Vanguarda».

anterior ou para desenvolver iniciativas próprias de reestruturação do movimento, o que foi apelado frequentemente nas colunas do *Avante!* Junto de Salazar chegaram queixas da queda vertiginosa do número de filiados, que em Abril de 1935 rondavam os 500 — um quarto do número inicial <sup>19</sup> —, mas em meados desse ano o próprio ditador já encarava a possibilidade de terminar a experiência do movimento dos vanguardistas <sup>20</sup>. Uma vez que foi decidida a fundação de uma organização nacional de juventude sob a direcção do então Ministério da Instrução Pública, após uma viagem de estudo do presidente da Acção Escolar Vanguarda, António de Almodôvar, à Alemanha em Agosto de 1935, a Acção Escolar Vanguarda perdeu a sua razão de ser, e com a publicação do último número do semanário *Avante!*, em 6 de Janeiro de 1936, cessaram as suas actividades <sup>21</sup>.

À margem e independentemente do processo de reformulação do contacto entre o regime e a sociedade, resultando, como vimos, na criação do SPN e da Acção Escolar Vanguarda, o Ministério da Instrução Pública estudou e propôs vários projectos para intensificar a moralização e formação nacionalista da juventude portuguesa através da sua arregimentação em organizações (re)criadas para esse fim. Na vigência do ministério de Cordeiro Ramos foi apresentado um projecto, datável entre 21 de Outubro de 1931 e 5 de Julho de 1932, para a criação da Liga Nacional Mocidade Portuguesa, uma organização de carácter voluntário, «isenta de partidaris-mos, acatadora dos poderes constituídos, obrigada a amar a paz e a tranquilidade, inibida de participar em lutas contra quaisquer facções, seitas ou grupos subversivos, podendo e devendo, porém, fazer demonstrações públicas de carácter pedagógico e patriótico». O projecto de lei de Cordeiro Ramos, precursor do decreto-lei da autoria de Carneiro Pacheco que iria instaurar a *Organização Nacional Mocidade Portuguesa*, era um projecto moderado, sem as conotações totalitárias de inscrição obrigatória do último; todavia, Salazar não concordou e o projecto ficou sem efeito <sup>22</sup>.

<sup>19</sup> O vanguardista Carlos Cília, numa carta a Salazar datada de 29-1-1935, pedindo-lhe que «remodele imediata e totalmente a AEV», frisa que sem essa remodelação seria impossível mobilizar mais de 200 vanguardistas de Lisboa e 300 do resto do país para a parada do 28 de Maio próximo («AOS/CO/ED-10, crítica à actividade da Acção Escolar Vanguarda»).

<sup>20</sup> Neste respeito, é elucidativo o comentário ao posto «AEV» no orçamento do SPN para o ano económico de 1935-1936: «Não estando ainda definida a organização da AEV, incluiu-se, como se diz acima, uma verba de 200 contos que lhe é destinada e que poderá ser transferida se outra dever ser a sua colocação definitiva.» [«AOS/CO/PC-19, relações discriminadas das despesas efectuadas (SPN).»]

<sup>21</sup> Uma última tentativa do conselho directivo da Acção Escolar Vanguarda junto de Salazar para salvar a sua organização, que consistia na proposta de organizar uma festa comemorativa do 2.º aniversário da sua fundação, «marcando assim o início da organização futura», iria falhar, porque Salazar não lhes quis dar o indispensável apoio financeiro que pretendiam [carta do conselho directivo da Acção Escolar Vanguarda a Salazar (14-1-1936), AQS/CO/ED-1D, actividade da Acção Escolar Vanguarda (1934-1936)].

<sup>22</sup> AOS/CO/ED-1D, actividade da Mocidade Portuguesa (1936-1942), Ministério da Instrução Pública, projecto de lei para a criação da Liga da Mocidade Portuguesa (s. d.). O documento traz a assinatura de todos os ministros do governo de Domingos de Oliveira (depois da substituição de António Lopes Mateus por Mário Pais de Sousa no Ministério do Interior), excepto a de Salazar. Terá isso a ver com o carácter a-religioso do projecto?

Mais feliz foi o resultado de um projecto de Cordeiro Ramos que visava instaurar uma tutela estatal sobre as duas organizações escutistas, a AEP e o CNE. Em 29 de Junho de 1932 foi criada a Organização Escotista de Portugal, que não era um novo movimento de escutismo, como o nome sugere, mas uma comissão constituída por elementos da AEP, do CNE e do Ministério da Instrução Pública, através da qual o regime procurava «promover o incremento do escotismo e definir a orientação a que deve sujeitar-se a sua acção educativa»<sup>23</sup>. Esta iniciativa foi pensada, em primeiro lugar, para vigiar o escutismo não religioso da AEP, cujas práticas ainda estavam fortemente encaixadas nas tradições republicanas. A tentativa de compelir o movimento escutista a alinhar com a política nacionalista do regime está bem patente na organização pelo Ministério da Instrução Pública, no 1.º de Dezembro de 1932, de uma grande parada de grupos de escuteiros e de crianças das escolas primárias de Lisboa que desfilaram em frente do presidente Carmona e saudaram-no à romana<sup>24</sup>.

Com o aparecimento da Acção Escolar Vanguarda, os projectos do Ministério da Instrução Pública ficaram temporariamente num segundo plano para serem reconsiderados na vigência do ministério de Eusébio Tamagnini, professor da Universidade de Coimbra. Tamagnini alinhava no grupo nacional-sindicalista «ordeiro» e viu a sua escolha recompensada com a sua nomeação para a pasta da Educação em Outubro de 1934. Como veremos adiante, Tamagnini conversou várias vezes com o representante diplomático da Alemanha sobre a sua intenção de remodelar a Acção Escolar Vanguarda num movimento para toda a juventude, incluindo a juventude não escolar. Em Agosto de 1935 seria o próprio Salazar a anunciar, numa entrevista concedida à *Verdade*, que a equipa de Tamagnini estava a estudar a organização da juventude académica, projecto cuja realização estava prevista para Outubro desse ano. Note-se, porém, que o chefe do governo, de harmonia com a sua visão elitista e desmobilizadora da sociedade, remetia a organização da juventude não escolar para um segundo plano<sup>25</sup>, atitude que se reflectiria na posterior organização da Mocidade Portuguesa, que, embora teoricamente abrangendo toda a juventude, permaneceria um fenómeno essencialmente escolar.

---

<sup>23</sup> Decreto n.º 21 434, de 29 de Junho de 1932, «Organização escotista de Portugal», reprod. in *A Flor de Lis*, ano 8.º, nºs 9-10, 15 a 30 de Junho de 1932.

<sup>24</sup> V. *Revolução* de 30-11-1932. O jornal dos nacional-sindicalistas manteve, aliás, uma página quinzenal dedicada ao escutismo, da responsabilidade de Franklin de Oliveira, antigo dirigente, tanto do CNS quanto da AEP, onde foi levada a cabo uma campanha venenosa contra a AEP, que foi acusada de ser uma organização «antinacional». Franklin de Oliveira ainda criou um movimento escutista de inspiração nacional-sindicalista que, atendendo às suas próprias palavras, contava o número inverosímil de 1548 filiados dentro de três meses do seu aparecimento (*Revolução* de 16-2-1933). Todavia, os estatutos do Corpo de Escutas de Portugal, que denotavam uma orientação antidemocrática, nacionalista, interconfessional e anti-internacionalista, não foram aprovados pelo Ministério da Instrução Pública, evidentemente, por ser um projecto do movimento nacional-sindicalista.

<sup>25</sup> *A Verdade* de 24-8-1935.

O impulso decisivo para criar a Mocidade Portuguesa foi dado por dois membros da comissão executiva da União Nacional, o engenheiro Nobre Guedes e Carneiro Pacheco, o futuro ministro da Educação Nacional. Nobre Guedes também estava ligado àquele ministério, onde ocupava o posto de director do Ensino Técnico. Além disso, tinha grandes afinidades com o mundo desportivo, desempenhando o cargo de secretário-geral do Comité Olímpico Português. Atendendo às ideias políticas radicais que evidenciou nas suas tentativas para dinamizar a União Nacional, querendo dar-lhe, através da instituição das chamadas «brigadas doutrinadoras», uma real capacidade de mobilização política junto de camadas da população anteriormente «deixadas em paz» pelo partido de Salazar (projecto que iria falhar quase completamente), não é difícil imaginar nele o «homem de acção» que se dedicou energicamente à criação de uma organização nacional de juventude que consagrou o conceito da «mente sã num corpo sã». Defendeu, desde o início de 1934, no âmbito do lançamento da ideia de construir o Estádio Nacional, «a necessidade de reunir, de vez em quando, a juventude em grandes paradas atléticas»<sup>26</sup>. Um ano mais tarde, num discurso proferido em 28 de Maio em Braga, com a assistência da Acção Escolar Vanguarda, voltou a falar da necessidade da organização «oficial, forte e disciplinada» da mocidade escolar<sup>27</sup>.

A insistência com que foi defendida a ideia de criar uma organização de juventude em grande escala, tanto pela direcção da Acção Escolar Vanguarda quanto pelo ministro da Instrução Pública e por dirigentes da União Nacional, adquiriu particular importância à luz dos projectos de fortalecer a função política da União Nacional, projectos que foram debatidos ao longo dos anos de 1934 e 1935. Dentro do partido do salazarismo havia quem desejava que a União Nacional fosse o quadro privilegiado da propaganda nacional, avisando que, caso contrário, «tudo quanto se faça, quer no sentido de *preparar a juventude* (meus itálicos), quer no de construir a nova ordem corporativa, quer ainda no de conquistar as classes populares e operárias, corre perigo [...] porque tudo isso são ramos da mesma árvore e não pode haver ramos robustos sem tronco robusto»<sup>28</sup>. Salazar, todavia, avesso a tudo o que podia ameaçar o seu projecto de uma União Nacional como órgão passivo sem vida política própria, interveio e canalizou a tentação mobilizadora e miliciana que se tinha evidenciado na União

---

<sup>26</sup> Entrevista com Nobre Guedes (*Diário da Manhã* de 1-1-1934).

<sup>27</sup> Discurso de Nobre Guedes em Braga (*Diário da Manhã* de 29-5-1935).

<sup>28</sup> V. relatório de Supico Pinto, vice-presidente da comissão de propaganda da UN, ao presidente da comissão central da UN de 7-3-1935. Para Supico Pinto a União Nacional, cuja função até 1935 fora «realizar indispensáveis actos eleitorais» e «enfraquecer até à destruição as organizações políticas partidárias», entrava numa fase nova da sua vida: «É chegado o momento de imprimir à UN uma actividade que visa criar uma absoluta identidade ideológica, uma forte unidade, coesão e homogeneidade em todo o povo português, não só quanto ao pensamento político, mas também no terreno moral e espiritual.» [«AOS/CO/PC-4A, estudos do Dr. Supico Pinto sobre a União Nacional (1935).»]

Nacional para a Mocidade Portuguesa, a Legião Portuguesa e, embora em muito menor grau, para a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. Assim, Carneiro Pacheco, também pertencente à ala «radical» da União Nacional, passou para o Ministério da Educação Nacional, donde foi «dirigir a ofensiva do Estado Novo pela educação nacional»<sup>29</sup>, e Nobre Guedes foi chamado para dirigir a Mocidade Portuguesa, organização dependente do Ministério da Educação Nacional, mas sem ligações orgânicas com a União Nacional. As aspirações de mobilização política verificadas no seio da União Nacional, somadas com as expressas pela Acção Escolar Vanguarda, aceleraram, indubitavelmente, o processo da instauração da Mocidade Portuguesa, sem materializar, contudo, num movimento de juventude que tivesse como principal papel político o reforço da União Nacional. Afinal, nem o primeiro comissário nacional da Mocidade Portuguesa, Nobre Guedes, apesar das suas convicções em respeito à função política da União Nacional, destinava uma actuação de política objectiva à organização nacional de juventude, porque, «imprimindo combatividade política imediata a movimento desta espécie, dando-lha como finalidade capital, faz com que corra grande risco de perder-se»<sup>30</sup>.

### 3. INSERÇÃO DA MOCIDADE PORTUGUESA NA SOCIEDADE

«Que cobardia é essa, oh mocidade bejense? Não sentis orgulho de serdes governados por homens que, à custa do seu trabalho e da sua inteligência, conseguiram transformar uma nação depauperada e corrupta numa nação completamente diferente<sup>31</sup>?» (Francisco Pacheco, aluno do Liceu Fialho de Almeida, contestando a falta de entusiasmo dos alunos pela Mocidade Portuguesa.)

A instituição oficial da Mocidade Portuguesa, em 19 de Maio de 1936, não foi seguida por uma imediata constituição *de facto* do movimento nacional de juventude, e muito menos por uma regulamentação rigorosa da sua organização. De todas as maneiras, a aproximação do fim do ano escolar e das férias dos alunos não teria facilitado uma actuação profícua junto das massas juvenis. No início de Julho desse ano é anunciado que a Mocidade Portuguesa começaria os seus trabalhos a partir de Outubro, abrangendo, logo de entrada, cerca de 200 000 rapazes<sup>32</sup>. A elaboração do regulamento demoraria ainda mais tempo: devido a prolongadas negociações entre os promotores da Mocidade Portuguesa e oficiais do exército, era promulgado só em Dezembro de 1936.

---

<sup>29</sup> Frase proferida no acto de posse de Carneiro Pacheco como ministro da Instrução Pública (*Escola Portuguesa*, n.º 69, de 6-3-1936).

<sup>30</sup> Nobre Guedes, discurso em Braga (*Diário da Manhã* de 29-5-1935).

<sup>31</sup> Francisco Pacheco, «Mocidade Portuguesa», in *Estado Novo—Órgão da UN do Distrito de Beja* de 1-10-1936.

<sup>32</sup> *Diário da Manhã* de 2-7-1936.

O lento progresso na constituição da Mocidade Portuguesa traduziu-se, durante o Verão de 1936, numa combinação entre a promessa de criar uma organização de juventude potencialmente mobilizadora e um «vazio» organizativo, combinação essa que na altura do início da guerra civil de Espanha dava uma dinâmica própria e não prevista pela ditadura à evolução da Mocidade Portuguesa. A partir de 30 de Julho de 1936, duas semanas após a sublevação de tropas nacionalistas espanholas, centenas de voluntários começaram a alistar-se na Mocidade Portuguesa, pessoalmente, junto do Ministério da Educação, ou por escrito. Deste modo, inscreveram-se cerca de 2000 mil voluntários, cujos nomes foram publicados no *Diário da Manhã*. Salienta-se que o voluntariado assim constituído não era composto unicamente por estudantes escolares e universitários; a afluência de empregados e de operários é igualmente notável. A partir das listas de voluntários elaborámos uma amostra constituída pelos dados de 960 indivíduos, o que dava uma composição com 57% de estudantes (alguns deles dados como antigos vanguardistas), 19% de empregados do sector privado, 10% de operários, sobretudo da construção civil, 7% do artesanato, 4% do sector agrário e 3% do funcionalismo público<sup>33</sup>. Nota-se que o apelo à mobilização da juventude nacionalista fazia eco principalmente nos mesmos estratos sociais que o movimento nacional-sindicalista, três anos antes, visara como principal base de recrutamento de militantes, caso dos operários e dos empregados do sector privado. Um outro efeito não previsto da admissão não controlada de voluntários verificava-se na composição etária do referido grupo: segundo o secretário-inspector da Mocidade Portuguesa, Luís Pinto Coelho, mais de metade dos «moços» que se inscreveram em Agosto tinham idade superior aos 20 anos<sup>34</sup>. Mais tarde estes elementos mais velhos e não escolares seriam integrados na Legião Portuguesa, a milícia voluntária que devia a sua origem não só à concessão do regime à mobilização da direita radical em Agosto 1936, mas também, no nosso ver, ao desejo de não perverter os princípios em que se fundava a Mocidade Portuguesa.

Foi ainda em Agosto de 1936 que se preparou a introdução da Mocidade Portuguesa no universo liceal, ambiente que, no sistema de ensino, era o principal sector de atenção da organização nacional de juventude. Os reitores dos liceus foram instigados, por iniciativa própria do director-geral do Ensino Liceal, António Augusto Pires de Lima, a pressionarem os alunos, sobretudo os do 2.º ciclo, a inscreverem-se na Mocidade Portuguesa<sup>35</sup>. O apelo fazia eco sobretudo nos grandes liceus de Lisboa, nomeadamente nos Liceus Pedro Nunes, Passos Manuel e Camões, e no Porto, no

---

<sup>33</sup> Dados elaborados a partir das primeiras oito listas de voluntários, publicadas no *Diário da Manhã* de 2 a 18-8-1936. Note-se que o professorado primário e secundário, aqui incluído na categoria dos funcionários, tinha só 1% do total, percentagem que acusa uma falta de entusiasmo que, mais tarde, iria mostrar-se um problema crónico para a Mocidade Portuguesa.

<sup>34</sup> *Diário da Manhã* de 29-8-1936.

<sup>35</sup> *Arquivo da Escola Secundária de Passos Manuel*, correspondência recebida, circulares de 1933-1939, circular de António Augusto Pires de Lima de 21-8-1936.

Liceu Rodrigues de Freitas. Fora dos grandes centros urbanos, a instituição da Mocidade Portuguesa conheceu um progresso mais lento. Em geral, verifica-se que a tradução do entusiasmo inicial em passos concretos deparou com várias dificuldades, nomeadamente no que dizia respeito ao recrutamento de instrutores e em relação à cooperação dos pais. Enquanto se tentava resolver o problema da falta de instrutores mediante a colaboração do exército, convencer os pais a colaborar só se podia fazer mediante um cauteloso constrangimento <sup>36</sup>.

A situação melhorara em 1937, isto é, depois de ter definido a estrutura hierárquica da Mocidade Portuguesa no seu regulamento de Dezembro de 1936. Ao fim do ano lectivo de 1936-1937 a Mocidade Portuguesa tinha, nas faixas etárias abrangidas pelos escalões dos «infantes», «vanguardistas» e «cadetes» (10-21 anos), um total de 38 458 filiados inscritos, dos quais 31 106 eram estudantes <sup>37</sup>. Num universo total de pouco mais de 40 000 alunos dos liceus, escolas técnicas e colégios <sup>38</sup> (as categorias visadas pela Mocidade Portuguesa), cerca de três quartos estavam inscritos.

Todavia, estes números têm de ser encarados sob todas as reservas, visto que o número de inscrições podia ter sido sensivelmente mais alto do que o número de rapazes que realmente tomaram parte nas actividades da organização. De facto, as queixas de falta de instrutores foram frequentes, e sem instrutores não havia actividades. Em alguns casos registava-se até uma recaída nas actividades depois da primeira onda de entusiasmo, como, por exemplo, no Porto, ou, nalgumas capitais de distrito do interior do país, dificuldades de ordem administrativa e que atrasaram a organização <sup>39</sup>. Na prática foi sobretudo nos liceus das grandes cidades e capitais de distrito do litoral que a Mocidade Portuguesa funcionou satisfatoriamente, sobretudo nos estabelecimentos de ensino que já anteriormente conheceram algum desenvolvimento de actividades circum-escolares.

Para assegurar um mínimo de participação nas actividades da Mocidade Portuguesa aos sábados, o Comissariado Nacional tinha de contar mais uma vez com a colaboração do Ministério da Educação Nacional, onde foi

---

<sup>36</sup> Um exemplo da pressão exercida sobre os pais encontra-se num despacho do ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco, de 16 de Março de 1937, em que aprova os estatutos da Associação dos Pais dos Alunos do Liceu de Passos Manuel, «com o aditamento de que nos estatutos deverão ser incluídas disposições expressas no sentido de ser um dos fins da Associação o estímulo à *Mocidade Portuguesa*, designadamente sob a forma de distribuição de fardamento a alunos pobres» (*Arquivo da Escola Secundária de Passos Manuel*, correspondência recebida, Direcção-Geral do Ensino Liceal, 1933-1939, carta de António Augusto Pires de Lima de 22-3-1937).

<sup>37</sup> Organização Nacional Mocidade Portuguesa, *Boletim* de 1937, Porto, 1938, p. 20.

<sup>38</sup> Estimativa baseada nos dados do *Anuário Estatístico de 1937*, Lisboa, 1939.

<sup>39</sup> Para a situação no Porto, cf. o relatório do governador civil desta cidade de Janeiro de 1937, *Arquivo do Ministério do Interior*, maço n.º 492; do «distrito difícil» de Vila Real, o governador civil Assis Gonçalves relatou em Abril de 1937, «que saiba, há apenas qualquer coisa [= Mocidade Portuguesa, n. d. a.] no Liceu de Chaves. Mal foi, a meu ver, que o Ministério da Educação Nacional se não tivesse ligado mais às autoridades administrativas. Sem elas, por estes pequenos concelhos provincianos, nada se poderá fazer com eficácia, prontidão e segurança.» (*Arquivo do Ministério do Interior*, maço n.º 491.)

determinado que as faltas dadas aos sábados se contavam para todos os efeitos escolares <sup>40</sup>. Esta medida, de Novembro de 1938, constituiu o primeiro passo num processo de reforço do carácter obrigatório da organização, que iria culminar na reforma do ensino liceal de 1947, que estabeleceu a extensão da obrigatoriedade de inscrição na Mocidade Portuguesa para todos os alunos dos liceus e colégios particulares, incluindo os alunos de mais de 14 anos, para os quais tinha sempre vigorado um regime de voluntariado. Dentro da mesma filosofia foi promulgado o Decreto-Lei n.º 31 908, de 9 de Março de 1942, que determinava que nenhuma organização, associação ou instituição que tivesse por objecto a educação cívica, moral e física da juventude podia existir sem que os seus estatutos fossem aprovados pelo comissário nacional da Mocidade Portuguesa <sup>41</sup>.

Resumidamente, a inserção da Mocidade Portuguesa na sociedade portuguesa era inicialmente caracterizada por um forte influxo de voluntários; uma vez que parte desse grupo foi canalizado para a Legião Portuguesa, perdeu-se o carácter mobilizador da organização nacional de juventude e revelou-se como instrumento de enquadramento obrigatório da juventude. Assim, o regime tinha criado um aparelho de controle das actividades circum-escolares dos alunos dos liceus e ao mesmo tempo, preenchendo um «nicho» importante de sociabilidade juvenil, um meio eficaz de impedir a criação ou actuação de novas organizações independentes de juventude.

#### 4. INTERCÂMBIO

«Desejo afirmar a V. Ex.<sup>a</sup> que o fim [da viagem] visa apenas o desejo que tenho de estabelecer um eficaz intercâmbio entre a mocidade de ambos os países e de forma alguma a estranha aspiração de converter ao nacional-socialismo os melhores valores da mocidade portuguesa vanguardista <sup>42</sup>.» (Friedhelm Burbach, *Auslandskommissar der NSDAP für Portugal und Spanien*, 1934.)

Ao longo do processo de consolidação do Estado Novo, o modelo estatal fascista era um ponto de referência obrigatória na política salazarista, quer

---

<sup>40</sup> Circular para todos os reitores de liceu de Carneiro Pacheco, ministro da Educação Nacional, *Arquivo da Escola Secundária de Passos Manuel*, correspondência recebida, circulares de 1933-1939, circular n.º 442 de 17-11-1938.

<sup>41</sup> Curiosamente, o motivo da promulgação deste decreto-lei era a constituição de um novo movimento escutista, cujas intenções, nas palavras de Mário de Figueiredo, na altura ministro da Educação Nacional, não eram «boas» e «contra nós». O novo movimento escutista, iniciativa das sociedades de educação e recreio, contaria com o apoio, entre outros, dos almirantes Mendes Cabeçadas e Mesquita Guimaraes, coronel Linhares de Lima e major Alexandre de Morais; além disso, houve fortes suspeitas de que o cônsul dos Estados Unidos e a embaixada inglesa não tenham sido alheios à iniciativa. «Parece-me urgente intervir. Em vez de se ir para uma fórmula totalitária, vai-se no projecto para uma fórmula de independência vigiada. Parece-me melhor e não levanta atritos com a Igreja.» [«AOS/CO/ED-1D, actividade da Mocidade Portuguesa (1936-1942), memorial de Mário de Figueiredo, ministro da Educação Nacional, para Salazar de 7-3-1942.»]

<sup>42</sup> AOS/CO/PC-12, *apoio do SPN à AEV*, carta de Friedhelm Burbach, *Auslandskommissar der NSDAP für Spanien und Portugal*, ao chefe dos serviços externos do SPN (cópia para Salazar) de 12-6-1934.

para se destacar dele no discurso teórico sobre a ética do sistema português, que se afirmava como Estado de direito, em vez de Estado totalitário, quer para se aproximar dele na prática, copiando elementos, como, por exemplo, a *Carta nazionale del lavoro*. Da mesma maneira, a organização de juventude italiana *Balilla* era frequentemente invocada como modelo a seguir em Portugal tanto pelos promotores da Acção Escolar Vanguarda como pelos promotores da Mocidade Portuguesa.

O interesse português não deixou de chamar a atenção do regime de Mussolini, e mais tarde também a do regime nazi, visto que a *Hitlerjugend* desempenhou um papel de exemplo parecido ao da *Balilla*. Os governos alemão e italiano pediram informações sobre a política de juventude do Estado Novo aos seus representantes diplomáticos acreditados em Portugal. Os relatórios deles, nota-se, atestam uma observação crítica da realidade portuguesa, realçando a falta de vida própria da Acção Escolar Vanguarda e o desinteresse dos círculos governamentais em relação ao movimento dos estudantes nacionalistas. Todavia, a propaganda desses regimes apresentou a política de juventude do Estado Novo como o principal passo na «fascização» do regime português e prova da aplicabilidade universal do fascismo. Num opúsculo de propaganda italiana de 1935, apropriadamente intitulado *Movimenti fascisti esteri*, por exemplo, é observado que «a situação portuguesa, embora apresentando evidentes analogias com a italiana, afasta-se dela, substancialmente, mais do que pelos métodos e as ideias directrizes, pela ausência de um partido orgânico que constitua a estrutura e a ossatura estatal», acrescentando que «nas vanguardas estão os germes de um movimento mais vasto e de um partido orgânico, o único organismo que em Portugal teria a possibilidade de desenvolvimento futuro num sentido e numa direcção fascistas»<sup>43</sup>.

Nessa perspectiva, era natural que o regime italiano, nas suas tentativas de fomentar simpatia para o fascismo em Portugal, propusesse uma viagem de estudo de um grupo de vanguardistas a Roma, visita que teve lugar em Outubro de 1934, sob a direcção de António Ferro. O resultado prático da viagem foi, porém, limitado, principalmente devido à desconfiança de Salazar em relação às motivações italianas e às possíveis repercussões políticas de uma radicalização e crescimento da Acção Escolar Vanguarda, que o levaram a impedir que se estabelecessem contactos mais sólidos entre a organização vanguardista e o regime de Mussolini. Além disso, assiste-se ao mesmo tempo a uma relativa perda de terreno da propaganda italiana em Portugal face à montagem do poderoso aparelho de propaganda alemão.

A partir de 1935, os Alemães aumentaram os seus esforços para estabelecerem contactos entre a *Hitlerjugend* e o movimento de juventude português, até ao ponto de obterem um virtual monopólio nos intercâmbios entre a Mocidade Portuguesa e movimentos de juventude estrangeiros, chegando mesmo a influenciar a evolução dela. Promotores desse processo

<sup>43</sup> *Movimenti fascisti esteri*, ed. Ministero degli Affari Esteri, Roma, 1935, pp. 11-113.

de aproximação foram, da parte alemã, os representantes diplomáticos da Alemanha em Portugal, o representante do partido nazi em Portugal, W. Berner (mais tarde substituído pelo *Auslandskommissar der NSDAP für Spanien und Portugal*, F. Burbach), e o director do Grémio Luso-Alemão, Roth, em colaboração estreita com o *Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda* de Joseph Goebbels, e, da parte portuguesa, os ministros da Educação Eusébio Tamagnini e Carneiro Pacheco, o presidente da Acção Escolar Vanguarda (a partir de Janeiro de 1935), António Almodôvar, o primeiro comissário nacional da Mocidade Portuguesa, Nobre Guedes, e o director dos serviços de intercâmbio da mesma organização, José Soares Franco. Daremos aqui os traços mais relevantes da cooperação entre a *Hitlerjugend* e a Mocidade Portuguesa, inclusive os projectos que foram elaborados pelos alemães, mas que nunca foram realizados, numa tentativa de traçarmos os limites da influência nazi sobre a política de juventude em Portugal.

As primeiras iniciativas alemãs junto de organizações de juventude em Portugal datam do início de 1934, aquando da criação da Acção Escolar Vanguarda, e consistiram na publicação de vários artigos sobre a *Hitlerjugend*, escritos pelo representante do partido nazi em Portugal, W. Berner, no órgão de imprensa dos vanguardistas, o *Avante!* Alguns meses mais tarde, em Agosto, o Ministério da Propaganda alemão veio a sugerir ao ministro da Alemanha em Lisboa que convidasse o então presidente da organização vanguardista, Ernesto de Oliveira e Silva, a assistir ao *Reichsparteitag*, em Nuremberga, para depois «ele poder formar uma impressão verídica da nova Alemanha»<sup>44</sup>. A ideia fora acolhida muito bem pelo ministro da Alemanha em Lisboa, que acrescentava que «[nós] [...] não devemos deixar esse terreno unicamente à propaganda italiana», e a Acção Escolar Vanguarda também reagia positivamente à proposta. A escolha da pessoa mais apta para viajar até à Alemanha não deveria cair, porém, em primeiro lugar em Ernesto de Oliveira e Silva, mas em António Almodôvar, «que fala bem o alemão»<sup>45</sup>. Um ano mais tarde efectuou-se a viagem de Almodôvar, acompanhado por um outro vanguardista, Pinto de Lemos, à Alemanha, onde foram estudar a organização da juventude hitleriana. As circunstâncias foram diferentes: Almodôvar presidira à Acção Escolar Vanguarda desde Janeiro de 1935, e a organização, sofrendo de uma diminuição significativa dos subsídios do SPN, podia agora contar com o vivo interesse do novo ministro da Instrução Pública, Eusébio Tamagnini, ex-nacional-sindicalista e «muito amigo da Alemanha», segundo relatórios enviados a Berlim. Na altura da viagem de estudo dos dois vanguardistas Tamagnini veio expor as suas ideias acerca da reorganização do movimento de juventude ao ministro

---

<sup>44</sup> *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes (PAAA). Politik 29, Nationalsozialismus, Faschismus und ähnliche Bestrebungen, Band I, Portugal, R 71631*, carta do Ministério da Propaganda para o Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão de 2-8-1934.

<sup>45</sup> PAAA, *ibid.*, carta da legação da Alemanha em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão de 17-8-1934.

da Alemanha, Du Moulin, que relatou sobre essas conversas aos seus superiores: «O ministro da Educação português, que aguarda com muito interesse o regresso dos seus dois representantes, disse-me mais uma vez que a proposta reorganização do movimento de juventude, que deve ter lugar em Outubro, vai ser baseada nas impressões deles.» Daí a importância de dar a Almodôvar e a Pinto de Lemos as melhores informações possíveis sobre a *Hitlerjugend*: «É lícito supor que o exemplo alemão da ideia nacional-socialista acerca da educação da juventude não deixará de exercer influência aqui se for descrito eficazmente pelos vanguardistas. A este propósito, queria sugerir que fornecessem aos dois portugueses material impresso sobre todas as questões do seu interesse <sup>46</sup>.» Du Moulin também informou o Ministério da Propaganda alemão acerca da viagem, expressando o seu desejo de que ela teria melhores resultados do que a viagem dos vanguardistas à Itália em 1934, onde, «durante quine dias, foram levados de uma festividade a outra, sem ficarem com qualquer visão prática» da organização da juventude italiana <sup>47</sup>.

Regressado a Portugal, Almodôvar elaborou um relatório e descreveu as suas impressões nas páginas do *Diário da Manhã* e na revista *Escola Portuguesa*. É difícil dizer até que ponto a experiência dele influenciou os projectos então estudados no Ministério da Instrução Pública, porque alguns meses depois do regresso de Almodôvar, na sequência de uma ampla remodelação ministerial, Eusébio Tamagnini deixou a pasta da Educação a favor de Carneiro Pacheco, que veio a apresentar um novo projecto de organização da juventude da sua própria autoria. Sem dúvida, porém, a viagem de Almodôvar foi a base de contactos mais intensivos entre a *Hitlerjugend* e a organização sucessora da Acção Escolar Vanguarda, a Mocidade Portuguesa.

A este respeito, é muito significativo que a Mocidade Portuguesa, numa fase em que a organização ainda só existia no papel, não desse o seu primeiro *acte de présence* em Portugal, mas na própria Alemanha. Em Agosto de 1936 um grupo de 29 filiados, seleccionado por entre alunos do Colégio Militar e filhos de dirigentes da Mocidade Portuguesa, participou num campo internacional de juventude em Berlim no âmbito das XI Olimpíadas. Em seguida, o grupo empreendeu uma viagem de uma semana através da Alemanha, sempre acompanhado por filiados da juventude hitleriana. A máquina de propaganda alemã mostrou grande habilidade ao impressionar o grupo português durante essa viagem, não escapando à sua atenção os pormenores, como, por exemplo, a presença «casual» de postais com retratos de Carmona e Salazar nas montras das papelarias em Dresden <sup>48</sup>. A atenção especial dada à Mocidade Portuguesa não deixaria de ter efeitos

<sup>46</sup> PAAA, *ibid.*, relatório do ministro da Alemanha em Lisboa ao ministro dos Negócios Estrangeiros alemão de 27-8-1935.

<sup>47</sup> PAAA, *ibid.*, carta do ministro da Alemanha em Lisboa ao Ministério da Propaganda alemão de 15-8-1935.

<sup>48</sup> *Diário da Manhã* de 30-8-1936.

positivos (do ponto de vista alemão): Carneiro Pacheco, ao agradecer ao ministro da Alemanha em Lisboa o acolhimento aos portugueses, assegurou-lhe que «a semelhança dos nossos objectivos sociais e os esforços comuns na defesa da civilização cristã são a garantia de que essa obra de aproximação será sólida e está destinada a ter larga projecção no futuro <sup>49</sup>.»

De facto, a partir dessa altura o ritmo do intercâmbio e de viagens de estudo começou a crescer rapidamente. Nobre Guedes foi várias vezes à Alemanha, grupos de filiados da *Hitlerjugend* visitaram Portugal, foram oferecidos os serviços de dois instrutores alemães à Mocidade Portuguesa e foi recebida em Portugal uma delegação da direcção da *Hitlerjugend*, a saber, Hartmann Lauterbacher, lugar-tenente do «chefe» da juventude alemã, e Werner Lamann, encarregado da direcção dos serviços de intercâmbio com a Mocidade Portuguesa.

Todavia, o intercâmbio tinha limites, condicionados principalmente pela resistência do clero aos contactos entre a *Hitlerjugend* «pagã» e a Mocidade Portuguesa. Uma projectada visita-relâmpago do *Reichsjugendführer* Baldur von Schirach ao acampamento da Mocidade Portuguesa de 28 de Maio de 1938, por exemplo, foi anulada poucas semanas antes <sup>50</sup>. É de assinalar aqui que, se a viagem de Baldur von Schirach tivesse tido lugar, teria sido a mais alta homenagem jamais feita pelo Estado Novo ao regime nacional-socialista, vista a alta posição dele na hierarquia do regime de Hitler.

O próprio ministro da Alemanha em Portugal veio a salientar a crescente renitência no seio do próprio regime português quanto ao intercâmbio entre a Mocidade Portuguesa e a *Hitlerjugend* a partir da Primavera de 1938, aconselhando os seus superiores a limitarem o número de visitas de filiados da *Hitlerjugend* a Portugal para assim poderem assegurar um desenvolvimento mais calmo das relações existentes. «Um número demasiado alto de visitas da *Hitlerjugend*», avisa numa carta ao Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, «podia causar, sobretudo devido à influência de círculos de católicos politicizantes, uma perturbação no desenvolvimento da cooperação luso-alemã no campo da educação da juventude <sup>51</sup>.»

Um ano depois seria o presidente do Grémio Luso-Alemão, Roth, a aconselhar uma moderação dos projectos da *Hitlerjugend* no campo da cooperação com a Mocidade Portuguesa. Nessa altura os dirigentes da

---

<sup>49</sup> PAAA, *Akten der deutschen Gesandtschaft in Portugal — Portugiesische Jugend-Bewegung «Mocidade Portuguesa»*, carta de Carneiro Pacheco ao ministro da Alemanha em Lisboa de 14-9-1936.

<sup>50</sup> À data da anulação Baldur von Schirach tinha já planeado a viagem em pormenor: «Com o consentimento do *Führer* e *Reichskanzler* visitarei Lisboa, 27 de Maio, 17.45 horas, num avião do governo, volta em 29 de Maio, 17.15 horas, acompanhamento seis colaboradores — *Heil Hitler*. — *Baldur von Schirach*.» (Telegrama de Baldur von Schirach ao ministro da Alemanha em Portugal de 3-5-1938, PAAA, *Akten der deutschen Gesandtschaft in Portugal — Gliederungen der NSDAP, HJ, BdM, NSV, DAF.*)

<sup>51</sup> PAAA, *ibid.*, carta do ministro da Alemanha em Lisboa ao Ministério de Negócios Estrangeiros alemão de 4-5-1938.

organização alemã de juventude tinham elaborado um extenso plano de trabalho para o ano de 1939, que consistia nas actividades seguintes:

- Visita de um grupo de 50-100 graduados da *Hitlerjugend* de 18-20 anos de idade às instalações da Mocidade Portuguesa;
- Convite a um grupo de velejadores da Mocidade Portuguesa para participarem na regata internacional de barcos à vela em Potsdam em Setembro;
- Envio de um grupo de estudo de 7 delegados da juventude hitleriana às festividades do 28 de Maio, cujas impressões vão servir de base para preparar a participação da *Hitlerjugend* no Acampamento Internacional da Juventude, em 1940, por ocasião dos centenários;
- Envio, a pedido de Nobre Guedes, de 20 graduados da Mocidade Portuguesa à Alemanha para frequentarem cursos especializados de motocicleta, marinha e voo sem motor;
- Envio de um grupo de 10 filados da *Motor-HJ* para coadjuvarem a direcção da Mocidade Portuguesa na criação de uma «motor-mocidade»;
- Convite a 30 filiados da Mocidade Portuguesa para assistirem ao *Reichsparteitag* (dia do partido do Reich) em Nuremberga;
- Visita de Nobre Guedes à Alemanha para estudar os métodos da *HJ*.

Roth, questionado a comentar esse plano de trabalho, aconselhou limitar o número de filiados da *Hitlerjugend* que iriam visitar Portugal a 30 porque os meios financeiros da Mocidade Portuguesa não suportariam o acolhimento de grupos maiores. Quanto ao resto do projecto, mostrou-se céptico, sobretudo quanto à viabilidade de uma motor-mocidade (que, de facto, não foi criada) e quanto à reacção do regime de Salazar ao convite à Mocidade Portuguesa para se fazer representar no *Reichsparteitag* em Nuremberga <sup>52</sup>.

As reservas de Roth em relação ao projecto do Ministério da Propaganda alemão foram, provavelmente, inspiradas pelo crescente tom antialemão que se verificou na propaganda da Mocidade Portuguesa no decorrer do ano de 1939. Por seis semanas consecutivas, de 25 de Fevereiro a 8 de Abril de 1939, as chamadas *Folhas de Doutrina*, destinadas a serem lidas em todos os centros da Mocidade Portuguesa do país, focaram as reivindicações coloniais alemãs, que constituiriam uma ameaça à integridade do império colonial português. Além disso, a perseguição dos judeus também foi contestada numa das palestras sabatinais.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, em Setembro 1939, afinal, pôs fim à aproximação entre a *Hitlerjugend* e a Mocidade Portuguesa, como, aliás, veio a dificultar todos os projectos de intercâmbio da Mocidade Portuguesa. O Acampamento Internacional da Juventude, projectado no

---

<sup>52</sup> PAAA, *Gesantschaft Lissabon — Lissabon 171/3 — Hitlerjugend, auch Reisen nach Portugal und anderen Staaten, 1939-1943*.

âmbito dos centenários de 1940 e no qual deviam comparecer os movimentos de juventude dos países do Eixo e os seus aliados e, para contrabalançar, organizações de juventude de Inglaterra, foi anulado. Em 1940, finalmente, o comissário nacional, Nobre Guedes, de reconhecidos sentimentos germanófilos, foi nomeado ministro de Portugal na Alemanha, passando o seu cargo na Mocidade Portuguesa para o mais moderado e anglófilo Marcelo Caetano.

## 5. O EXÉRCITO E A MOCIDADE PORTUGUESA

«Queremos viver em paz! Nós não queremos morrer ignobilmente, tragicamente, numa nuvem de gás, na explosão de uma bomba! Nós queremos lutar, sim, mas lutar pelos nossos ideais, lutar vivendo <sup>53</sup>.» (Aluno do Liceu José Estêvão, Aveiro, 1937.)

Um dos aspectos que determinaram mais a organização, o ideário e as finalidades da Mocidade Portuguesa foi o seu carácter paramilitar. A própria Lei n.º 1941, de 11 de Abril de 1936, que instituiu a Mocidade Portuguesa, define-a como «organização nacional e *pré-militar* que estimule o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria e a *coloque em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa*» (itálicos meus). A instrução pré-militar era ministrada a um nível muito basilar para os mais jovens, aos quais foram ensinados os princípios de marchas militares até um nível consideravelmente profissional para os filiados (voluntários) de 17 anos e mais que integraram a milícia, onde chegaram a receber verdadeiros cursos militares, como, por exemplo, tiro com espingardas e metralhadoras. Além da milícia, também as escolas de graduados ofereceram cursos pré-militares.

Outra manifestação do carácter paramilitar da Mocidade Portuguesa foi a participação dos militares na organização, que era patente em todos os níveis da sua direcção: no próprio Comissariado Nacional, no nível intermédio dos delegados provinciais e subdelegados regionais e no nível local dos directores de centros. No nível superior, o comissário nacional, cargo quase sempre desempenhado por um civil, era assistido por quatro comissários-adjuntos (em 1939 reduzido a dois), dos quais três foram militares durante o comissariado de Nobre Guedes. No primeiro comissariado nacional 10 dos 24 dirigentes *eram* militares, todos oficiais de postos de tenente até major.

Quanto ao nível intermédio, era estipulado no regulamento da Mocidade Portuguesa que as funções de delegado provincial e subdelegado regional

---

<sup>53</sup> Armando Lúcio Vidal, «A paz!», in *A Voz Académica*, Liceu de José Estêvão, Aveiro, n.º 19, de 15-4-1937, um exemplo da sobrevivência de um discurso antimilitarista nos liceus mais progressivos, não obstante a inculcação dos valores militares pela Mocidade Portuguesa.

fossem, sempre que possível, exercidas por oficiais do exército ou da armada, do activo, da reserva ou reformados. Reflectindo as determinações do regulamento, o grau de participação dos militares nas direcções provinciais e regionais era particularmente alto durante a fase inicial da implantação da Mocidade Portuguesa, mas tendia a diminuir relativamente a seguir, e em algumas províncias (sobretudo no Baixo Alentejo) a cooperação dos militares era quase inexistente <sup>54</sup>.

A nível local, a direcção dos centros era de preferência confiada a reitores de liceus e directores de colégios, mas também aqui é notável a participação dos militares, que em 1938 ocuparam 41% dos cargos directivos locais.

É de salientar que o projecto original da Mocidade Portuguesa, apresentado na Assembleia Nacional em 29 de Janeiro de 1936 por Carneiro Pacheco, não previa cooperação alguma com as forças armadas e tão-pouco aludia a finalidades pré-militares do futuro movimento de juventude. O texto original da base XI do projecto de lei n.º 83 definiu a Mocidade Portuguesa como «organização nacional e *activa* que estimule o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria» <sup>55</sup> (itálico meu). Nas sessões da Assembleia Nacional de 10 e de 11 de Fevereiro de 1936 essa definição foi criticada pelos deputados Vasco Borges e general Schiappa de Azevedo <sup>56</sup>. Apresentaram duas moções: uma proposta de substituição da palavra *activa* por *pré-militar* na base XI, acrescentando-lhe «e a coloque em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa», assinada por nove deputados, dos quais sete pertenceram ou tinham pertencido ao oficialato do exército ou da armada, e uma outra no sentido de que a instrução pré-militar fosse ministrada obrigatoriamente em todos os estabelecimentos de ensino, tanto oficiais como particulares, assinada por dez deputados, dos quais oito eram militares. Para acrescentar o carácter de verdadeira reivindicação *militar* das moções, o general Schiappa de Azevedo, na sua intervenção de 10 de Fevereiro, sublinhou o facto de que era sobretudo a sua qualidade de militar, e não de deputado, que o trazia ali a falar sobre o projecto de lei de Carneiro Pacheco, e o deputado Vasco Borges, ao apresentar a proposta de substituição e aditamento à base XI, exigiu uma «verdadeira conjugação de esforços» entre

---

<sup>54</sup> Em 1937 o número de dirigentes do nível intermédio era de 54, dos quais 52 (96%) eram militares. Em 1938 essa percentagem já tinha baixado a 71%, mostrando grandes diferenças regionais, com ocupação mais alta (100%) dos cargos directivos por militares nas províncias do Ribatejo, Trás-os-Montes, Beira Baixa e Beira Litoral e uma percentagem particularmente baixa, de 22%, no Baixo Alentejo (números referentes a Portugal continental, excluindo a Madeira e os Açores). Fonte: *Boletim da Organização Nacional Mocidade Portuguesa*, anos de 1937 e 1938.

<sup>55</sup> Base XI do projecto de lei n.º 83 (reorganização do Ministério da Instrução Pública) de 29-1-1936, reproduzida na *Labor — Revista de Ensino Liceal*, ano x, n.º 70, pp. 431-434.

<sup>56</sup> Para a versão integral dos referidos debates, v. sessão n.º 72 de 10 de Fevereiro de 1936, *Diário das Sessões*, n.º 76, de 11-2-1936, pp. 450-451, e sessão n.º 73 de 11 de Fevereiro de 1936, *Diário das Sessões*, n.º 77, de 12-2-1936, pp. 477-478.

os Ministérios da Guerra e da Instrução Pública. Ambas as moções foram aprovadas, embora a última tenha ficado letra morta.

O significado da apresentação e aprovação das duas moções é muito importante, porque assegurou às forças armadas um maior grau de controle sobre o processo de formação do futuro movimento de juventude, de maneira que o exército ficaria numa posição de poder contrariar quaisquer tentativas de criar uma milícia juvenil de tipo fascista, unicamente ao serviço do regime. O passado político de Schiappa de Azevedo e Vasco Borges parece confirmar essa tese, o primeiro pertencendo à ala republicana/conservadora do oficialato do exército, o segundo tendo sido dirigente do Partido Democrático. É de notar também que Schiappa de Azevedo não se refere, durante a sua intervenção, à juventude hitleriana como modelo a seguir, mas, pelo contrário, ao «milagre» do exército moderno inglês, que só tinha sido possível «pela superioridade dos seus cidadãos».

Embora sem se referir às intervenções parlamentares de Vasco Borges e Schiappa de Azevedo, a *Defesa Nacional*, revista de propaganda do exército para o grande público, publicou vários artigos dedicados ao modelo tradicional republicano de instrução pré-militar de um lado e ao modelo radical alemão de milícia juvenil, que tinha os seus partidários na ala integralista do oficialato do exército. Na sua edição de Março de 1936 um tal *Estudante Z* desaconselhou *explicitamente* o governo de seguir os exemplos alemão e italiano, suplementando a Mocidade Portuguesa com uma milícia, porque «um governo ou confia no seu exército, julgando-o capaz de defender a justiça sem intervenção na política, acatando o Estado, ou não deve criar outras autoridades que a título de o auxiliar se tornem rivais»<sup>57</sup>. Por outro lado, o capitão Salgueiro Rego preconizava um movimento de juventude organizado nos moldes da *Hitlerjugend* e da *Balilla*, ideia que veio expor na *Defesa Nacional* de Maio desse ano<sup>58</sup>.

Fazendo o balanço geral de artigos escritos por militares sobre a Mocidade Portuguesa no 1.º semestre de 1936, verifica-se que os artigos em que é preconizado um sistema de instrução pré-militar são dominantes e os artigos nos quais a juventude hitleriana é apontada como modelo relativamente raros. O *Comandante Z*, por exemplo, publicou vários artigos nas colunas do *Diário da Manhã*, colocando a Mocidade Portuguesa firmemente numa suposta tradição portuguesa de «nação armada» que tivesse o seu início nos tempos de D. Sebastião, reaparecendo nas formas de batalhões escolares em 1891 e da instrução militar preparatória em 1911. Convinha, porém, não repetir os erros de 1911: a falta de um órgão directivo e competente, a falta de instrutores devidamente preparados e a permissão de criação de sociedades de iniciativa particular, «centros políticos donde irradiaram desordens e perturbações»<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> *Estudante Z*, «Educação militar na mocidade», in *Defesa Nacional*, n.º 23, de Março de 1936, p. 22.

<sup>58</sup> Capitão Salgueiro Rego, «O patriotismo na defesa da nação», in *Defesa Nacional*, n.º 25, de Maio de 1936.

<sup>59</sup> *Comandante Z*, «Mocidade Portuguesa», in *Diário da Manhã* de 1-8-1936.

A contestação por elementos do oficialato do exército da instrumentalização da instrução militar preparatória para fins políticos datava dos primórdios da 1.ª República, aquando das reformas militares de 1911. A 2 de Março de 1911 fora promulgada a nova lei de recrutamento que visava uma reestruturação radical do exército, introduzindo o sistema suíço de milícias, ao mesmo tempo que o tempo de permanência nas fileiras fora reduzido. Em complemento às milícias, fora criada a instrução militar preparatória, que consistia em educação civil, ginástica, canto coral, tática militar, exercícios de tiro e cursos de equitação. A instrução militar preparatória era obrigatória para todos os jovens dos 10 aos 20 anos que habitavam a uma distância de menos de 5 km de um quartel militar. A reforma do exército provocara hostilidade no corpo de oficiais, que desaprovaram o sistema de milícias porque o consideraram uma ameaça à profissionalidade do exército. A instrução militar preparatória também foi criticada em algumas ocasiões por se ter tornado um instrumento de indocinação dos jovens por republicanos.

A resistência que as reformas militares tinham ressuscitado no meio dos oficiais era um dos factores que levaram ao golpe militar do 28 de Maio. Uma das primeiras medidas da ditadura militar visava a abolição do sistema já agonizante de milícias. A ideia de preparar a juventude para a vida militar mediante cursos de instrução pré-militar, do outro lado, nunca foi completamente abandonada, para reaparecer no debate sobre a lei que instituiu a Mocidade Portuguesa. Desta maneira, a alteração do projecto original para a Mocidade Portuguesa pode ser interpretada como uma concessão dos promotores do movimento de juventude aos militares para, assim, se assegurarem do apoio do exército. O exército, por seu lado, também teve de fazer uma concessão, visto que tinha de aceitar a constituição de uma milícia para o último escalão da Mocidade Portuguesa (18 anos e mais).

Desde o aparecimento do movimento nacional-sindicalista na cena política, o exército tinha vindo a contestar o carácter miliciano do partido de Rolão Preto como uma possível ameaça à ordem interna do país e ao papel dos militares como principais custódios do regime autoritário de Salazar. Da mesma maneira, a criação da Acção Escolar Vanguarda, milícia juvenil de Salazar, suscitou protestos nos meios militares, tanto mais porque se tratava de uma organização apoiada pelo próprio governo. O coronel Lopes Mateus, comandante da PSP de Lisboa, avisou os dirigentes da Acção Escolar Vanguarda, numa sessão de propaganda no Colégio Vasco da Gama, de que a segurança da ordem pública não era da competência do movimento de estudantes nacionalistas recém-criado. «Vós, rapazes, com as vossas doutrinas. Os guardas de segurança como brigadas de choque contra o inimigo <sup>60</sup>.» Mesmo assim, os vanguardistas começaram a receber treinos militares um mês depois.

---

<sup>60</sup> *Avante!*, n.º 10 (1.ª série), de 31-3-1934.

O treino militar que os vanguardistas receberam em 1934, todavia, tinha um carácter provisório. Quando, em 1938, começou a instrução militar da Mocidade Portuguesa (que, ao contrário da instrução pré-militar, incluía o manejo de várias armas, desde espingardas até metralhadoras), isso já não era o caso. Tinha-se formado em relativamente pouco tempo e em concorrência com a Legião Portuguesa, como adiante veremos, uma milícia juvenil de perto de 2000 membros, com centros de instrução em Lisboa, em Santo Tirso e no Funchal <sup>61</sup>. À sua frente estava o comandante da milícia, sempre um oficial do exército ou da marinha da confiança de Salazar, como estipulava o regulamento da Mocidade Portuguesa <sup>62</sup>. Um acordo com o Ministério da Guerra concedeu vantagens aos filiados da Mocidade Portuguesa que frequentaram os cursos da milícia, a saber, a dispensa do 1.º ciclo dos cursos de oficiais e sargentos milicianos. Isto implicava, na prática, que se tinha criado um curso militar, ministrado por militares, mas fora do controle do Ministério da Guerra. A sobreposição de competências do Ministério da Educação Nacional às do Ministério da Guerra resultou numa guerra surda entre os dois. O Ministério da Guerra, por exemplo, não consentiu que se criassem centros da Mocidade Portuguesa nos seus estabelecimentos de ensino. Os Pupilos do Exército e os alunos do Colégio Militar, não obstante a obrigatoriedade de pertencerem à Mocidade Portuguesa, não integraram a organização nacional de juventude. Além disso, pouco tempo após a criação da Mocidade Portuguesa foi aprovada uma lei que regulava o acesso à Escola do Exército, dando preferência aos Pupilos do Exército e aos alunos do Colégio Militar, medida que causou incompreensão nos meios da Mocidade Portuguesa.

As tensões entre o Ministério da Educação Nacional e o Ministério da Guerra tinham repercussões no próprio Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa, constituído por militares e civis. Essas repercussões vieram à superfície durante o 1.º congresso da Mocidade Portuguesa (21 a 28 de Maio de 1939), quando foi debatida a preparação da juventude para a defesa nacional. Por um lado, é manifestada a opinião de que o regulamento de acesso à Escola do Exército visasse a criação de uma casta militar fechada, em detrimento dos filiados da Mocidade Portuguesa <sup>63</sup>; por outro lado, é defendida a tese de que o mesmo princípio de preferência devia tornar-se extensivo até à admissão na Escola Naval <sup>64</sup>. Na questão da ausência de

---

<sup>61</sup> «Milícia da Mocidade Portuguesa», in *Boletim da Mocidade Portuguesa—1938*, Porto, 1939, p. 61.

<sup>62</sup> Decreto-Lei n.º 26 611 (19 de Maio de 1936). *Regimento da Junta Nacional de Educação*, artigo 41.º: «O comando-geral da milícia constituída pela M. P. será confiado a um oficial superior do exército ou da armada, nomeado pelo Presidente do Conselho e a todo o tempo substituível.» O primeiro comandante da milícia era o major de engenharia Frederico Vilar, antigo combatente na Flandres e participante no golpe abortivo de 18 de Abril de 1925 e no golpe de 28 de Maio de 1926.

<sup>63</sup> Intervenção de Durão Ferreira, *I Congresso da Organização Nacional Mocidade Portuguesa*, Lisboa, 1939, p. 172.

<sup>64</sup> Intervenção do comandante Soares de Oliveira, *I Congresso da Organização Nacional Mocidade Portuguesa*, Lisboa, 1939, pp. 171-172.

centros da Mocidade Portuguesa nos estabelecimentos de ensino do exército foi aprovada uma moção de compromisso: criar os centros, mas entregar a direcção daqueles aos instrutores do Colégio Militar e deixar que os alunos continuassem a usar os seus uniformes tradicionais.

Por último, a existência da milícia da Mocidade Portuguesa foi também contestada pela Legião Portuguesa, nomeadamente pelo seu presidente, João Pinto da Costa Leite Lumbrals. Num relatório confidencial de 1939, elaborado logo a seguir ao fim da guerra civil de Espanha, numa tentativa de conjurar uma possível extinção da Legião, Leite Lumbrals enumera todas as suas objecções contra a Mocidade Portuguesa<sup>65</sup>. Segundo o relatório, as relações entre a Legião e a Mocidade Portuguesa tinham sido perturbadas por pequenas irritações desde 1936: muitos filiados da Mocidade Portuguesa, por exemplo, não saudaram os legionários, um comportamento que, pelo espanto de Leite Lumbrals, foi aprovado pelo comissário nacional, Nobre Guedes, «por se tratar de organizações diferentes e se dar ainda a circunstância de, dos rapazes da Mocidade Portuguesa, muitos serem alunos de escolas superiores e haver entre os graduados da Legião gente modesta e sem a mesma categoria intelectual e social, como antigos sargentos»<sup>66</sup>. Mais grave, todavia, foi considerado o facto de que o limite de permanência nas fileiras da Mocidade Portuguesa era de 26 anos, em vez de ter sido adoptado o limite «natural» de 21 anos. A Mocidade Portuguesa teria levantado a questão da idade para que pudesse constituir a sua própria milícia e, na visão de Leite Lumbrals, para privar a Legião de elementos de valor pela sua idade e cultura. A milícia da Mocidade Portuguesa até foi acusada de fazer propaganda contra a Legião para que os seus filiados não ingressassem nesta. O presidente da junta central da Legião Portuguesa avisou: «A Legião e a Mocidade já não são *forças complementares* e podem, embora o não sejam ainda no espírito da Legião, vir a ser *forças rivais*»<sup>67</sup>.» Para evitar uma situação destas foi sugerido a Salazar que procedesse à extinção da milícia da Mocidade Portuguesa, que o limite de permanência na organização de juventude fosse fixado em 21 anos para, assim, promover uma maior afluência à Legião e que se criasse uma comissão coordenadora constituída por dirigentes da União Nacional, da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa<sup>68</sup>. Salazar só parcialmente aprovou as medidas propostas por Leite Pinto, provavelmente porque uma plena execução do programa poderia levar a um fortalecimento de tendências milicianas e radicalizantes dentro

<sup>65</sup> AOS/CO/PC-12, *actividade da Legião Portuguesa*, relatório confidencial do presidente da junta central de 27 de Abril de 1939.

<sup>66</sup> *Ibid.*, pp. 25-26. Noutra ocasião Nobre Guedes já se tinha exprimido em termos denigrativos sobre a Legião Portuguesa, até prevendo uma sua dissolução próxima: «Justificar-se-á ainda por muito tempo a Legião Portuguesa? Desde que a Mocidade exista, não lhe faltarão elementos que a tornem cada vez mais forte. Mas será para desejar que a sua duração seja por tempo indeterminado? A sua constituição representa, no fundo, uma triste realidade, uma anomalia social lamentável.» (*Boletim da Mocidade Portuguesa—1937*, Porto, 1937, p. 6.)

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>68</sup> *Ibid.*, pp. 30-31.

do próprio regime. Com um acordo de 8 de Novembro de 1940 foi posto termo às contendas entre a Legião e a Mocidade Portuguesa, baixando o limite de idade a 21 anos (exceptuando os estudantes) e preconizando uma mais estreita colaboração entre as duas organizações <sup>69</sup>. Todavia, é duvidoso que o acordo, na prática, tivesse aplanado todas as fricções entre a Legião e a Mocidade Portuguesa, visto que a milícia juvenil, a principal pedra de escândalo para a Legião, continuou a existir.

## 6. A IGREJA CATÓLICA E A MOCIDADE PORTUGUESA

«Acompanho a mocidade que se sacrifica no altar da Pátria. Tendes diante de vós um homem que acredita que o sangue de tantos heróis será resgatado, pleno de glórias. Abraçai as vossas tradições de crenças, de amor a Deus e à vossa Pátria; o Deus das conquistas e descobrimentos, o Deus de Aljubarrota [...] <sup>70</sup>.» (Bispo de Beja durante uma missa campal da Mocidade Portuguesa, 1937.)

Como é sabido, a igreja católica beneficiou consideravelmente da instauração e consolidação do Estado Novo. Já nos primeiros anos da ditadura militar foi definitivamente posto fim ao que ainda existia de discurso anticlerical dos primeiros anos da República, foi restabelecido o direito do ensino religioso no ensino particular e iniciaram-se as entregas de vários bens às corporações encarregadas do culto católico. Durante o processo da instauração do Estado Novo essa política consolidou-se até ao ponto de se poder falar de uma «união moral» entre o Estado e a Igreja, uma união que teria a sua expressão simbólica na resolução de 1935 de afixar um crucifixo nas paredes de todas as escolas oficiais.

Simultaneamente, todavia, marcou-se outra tendência: ao passo que o Estado restabeleceu os direitos legais da Igreja, ia suprimindo os órgãos políticos católicos, que por muito tempo tinham sido instrumentais na defesa dos direitos legais da Igreja. O verdadeiro significado da pressão exercida por Salazar em 1933, instigando o Centro Católico a dissolver-se, no âmbito da tentativa de implantação de um partido único, a União Nacional, era de tutela dos interesses políticos católicos pelo partido do Estado Novo, e unicamente por este. Esta orientação de Salazar não tardou a ser contestada por militantes do Centro Católico, que chegaram a acusá-lo de estatolatria, sendo as medidas dele «produtos de concepções totalitárias do Estado, quase à moda italiana» <sup>71</sup>. Naquela altura, porém, a política do

---

<sup>69</sup> *Acordo com a Legião Portuguesa*, de 8 de Novembro de 1940, in *Boletim Mensal do Comissariado Nacional*, vol. 1, n.º 2, Dezembro, de 1940, pp. 75-76.

<sup>70</sup> Sermão do bispo de Beja proferido durante a missa campal do primeiro acampamento da Mocidade Portuguesa em Lisboa, in *Diário da Manhã* de 31-5-1937.

<sup>71</sup> «Centro Católico Português — A organização católica e o problema português (à margem de um discurso do Sr. Presidente do Ministério)», in *A União*, n.º 261, de Abril de 1933.

Estado Novo ainda não ia tão longe que ameaçasse igualmente a acção social e educativa da Igreja, como tinha acontecido em Itália; pelo contrário, é em 1933 que se assiste à constituição oficial da Acção Católica Portuguesa<sup>72</sup>. No plano político, como tem observado Braga da Cruz, «o que o fascismo reprimira em Itália, embora sem conseguir reduzi-lo ao silêncio, era no Portugal de Salazar reincorporado em sentido inverso<sup>73</sup>.»

Essa reincorporação da orientação católica no sistema político do país ia revelar-se como garantia contra tendências totalitarizantes do próprio regime, somando a isto um factor talvez ainda mais importante: a relativa autonomia dos órgãos de imprensa da Igreja face à imprensa oficiosa do ou afecta ao regime. Ao longo da década de 30, e sobretudo nas *Novidades*, é frequente a crítica a tendências laicizantes em Portugal e à política dos regimes fascista e nazi em Itália e na Alemanha, que traziam cada vez mais prejuízos às organizações católicas daqueles países.

Quanto a tendências laicizantes em Portugal, é raro encontrar artigos em que se defenda conscientemente uma alternativa à religião católica. Um dos poucos exemplos é a ideia defendida pelo *Comandante Z* no *Diário da Manhã* de 27 de Junho de 1934, preconizando a criação de uma nova religião ao serviço da nação, com uma mistura de elementos do ideário nacionalista e elementos religiosos — muito semelhante ao uso de elementos religiosos na coreografia do fascismo italiano<sup>74</sup>.

Muito mais frequente, todavia, era a contestação da política de juventude da Alemanha nazi e, embora em menor grau, da Itália fascista. Durante toda a década antes da Segunda Guerra Mundial foram publicados artigos nas *Novidades* condenando o carácter totalitário da *Hitlerjugend* e, com particular veemência, a repressão das organizações católicas de juventude alemãs daí resultante. A partir de 1936, essa contestação assumiu o carácter de advertência implícita ao regime de não organizar a Mocidade Portuguesa nos moldes da juventude hitleriana, tornando-se as advertências cada vez

---

<sup>72</sup> Para uma análise da constituição e evolução da Acção Católica Portuguesa, v. António Matos Ferreira, «A Acção Católica — questões em torno da organização e da autonomia da acção da igreja católica (1933-1958)», in *O Estado Novo — Das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, Lisboa, 1987, vol. II, pp. 281-302.

<sup>73</sup> Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, 1978, pp. 370-371.

<sup>74</sup> Nas palavras do *Comandante Z*: «Por que não havemos de criar entre nós uma religião nacional — a religião da pátria —, fonte de inspirações e de milagres, com larga doutrina compendiada nas estrofes incomparáveis dos *Lusíadas*, com uma coorte infindável de heróis, santos e mártires, com templos majestosos em todos os monumentos, que, através do país e das colónias, perpetuam os feitos admiráveis do passado e do presente?» (*Diário da Manhã* de 27-6-1934.) A ideia foi imediatamente condenada num editorial das *Novidades*: «Contrapor à irreligião, ou ao laicismo, simplesmente a religião da pátria é muito pouco, é manter o mesmo erro, embora sob uma forma mais elegante e mais à moda.» (Editorial «Utopias perigosas», in *Novidades* de 28-6-1934.)

É interessante notar que a liturgia das chamadas *missas campais* da Mocidade Portuguesa iria assumir uma forma não muito diferente da descrita pelo *Comandante Z*, destacando-se a veneração de D. Nuno Álvares Pereira, cujas cinzas foram solenemente colocadas nas ruínas do Convento do Carmo ao fim da missa campal do grande acampamento de 28 de Maio de 1938.

mais explícitas. Em Março de 1936, por exemplo, quando a intenção de criar um movimento nacional de juventude já era do conhecimento público, as *Novidades* comentaram assim a política de juventude na Alemanha: «Os jovens, que não conhecem nada da época anterior ao regime actual, adaptam-se à nova ordem imposta por Hitler e seguem, cheios de esperança e entusiasmo, o seu chefe, Baldur von Schirach. Não é sem inquietação que se vê crescer esta jovem geração sedenta de heroísmo e de acção, ao mesmo tempo sonhadora e brutal, capaz de se exaltar em nome de um ideal que não escolheu <sup>75</sup>.»

Em 1938, quando as actividades da Mocidade Portuguesa se tinham desenvolvido a uma vasta escala e se tinha verificado que a organização não estava isenta de tendências totalitarizantes, a campanha da igreja católica mudou de tom, adoptando um estilo mais explícito, passando de meros comentários para comunicados oficiais. Isto pode verificar-se na pastoral colectiva de 18 de Abril de 1938, a anunciar o cumprimento de voto colectivo do episcopado em favor de Portugal, em Fátima, cujo conteúdo reflecte a mensagem do papa Pio XI na sua circular *Mit brennender Sorge* <sup>76</sup>, na qual condena a perseguição dos católicos na Alemanha nazi. Uma parte significativa da pastoral colectiva é dedicada à política de juventude do Estado Novo: «Iremos lá (em Fátima) orar [...] por que o Senhor não permita que o ídolo pagão de um estatismo totalitário seduza a alma generosa da nossa mocidade, a qual foi desde o começo libertada em Cristo e não pode, sem apostasia nem vileza, oferecer-se para ser imolada, como as vítimas do deus púnico Moloch, à grandeza e glória do Estado divinizado», prosseguindo, com clara referência ao regulamento da Mocidade Portuguesa, «que ela (a mocidade) seja formada na obediência, mas reconheça um só chefe senhor da sua consciência: Cristo!, que tenha o sentido da disciplina, mas ame também a liberdade, sem a qual ela se converte em opressão, que cultive a saúde e a força e a beleza físicas, mas creia profundamente que a alma vale mais do que o corpo, e a virtude mais do que a perfeição física, e a justiça e o amor mais do que a opressão triunfante, e a paz mais do que a guerra, e a verdade mais do que o interesse» <sup>77</sup>.

Em reacção aos ataques da Igreja, não faltaram as tentativas da Mocidade Portuguesa no sentido de tranquilizarem os círculos católicos. O comissário nacional, Nobre Guedes, todavia, não se destacou muito neste respeito, o que nem era de esperar à luz dos projectos de mobilização mais intensa da juventude a que aludimos na introdução deste artigo. Foi o futuro comissário nacional, Marcelo Caetano, quem ensaiou primeiro definir um *modus vivendi* com a Igreja.

---

<sup>75</sup> «Nacional-socialismo e educação», in *Novidades* de 7-4-1936.

<sup>76</sup> Papa Pio XI, *Rundschreiben «Mit brennender Sorge» Über die Lage der katholischen Kirche im Deutschen Reich, Acta Apostolicae Sedis*, vol. XXIX, 1937.

<sup>77</sup> Pastoral colectiva a anunciar o cumprimento de voto colectivo do episcopado em favor de Portugal (*Novidades* de 18-4-1938).

Marcelo Caetano, antigo dirigente dos escuteiros católicos e, desde 1936, director dos serviços de cultura e formação nacionalista da Mocidade Portuguesa, veio a proferir uma conferência sobre a educação cristã da juventude e a nova concepção do Estado, no Porto, para a Associação dos Estudantes Católicos, em 9 de Maio de 1937. Defende ali a visão de que a Constituição de 1933 teria reduzido o Estado a mero colaborador da família, concluindo: «A ética do Estado Novo português é, pois, cristã, mas isso não deve impedir que os católicos prossigam na sua obra de organização e doutrinação da juventude. Nem hostilidade dos católicos contra a obra educativa oficial, nem hostilidade do Estado contra a acção docente da Igreja — eis a fórmula necessária <sup>78</sup>!»

Todavia, as palavras sossegadoras de Marcelo Caetano não impediram uma crescente preocupação nos meios da organização educativa da Igreja que, nos seus métodos e exterioridades, mais se aproximava da Mocidade Portuguesa: o Corpo Nacional de Escutas.

O CNE foi criado em 1923, em Braga, em seguida à participação do bispo de Braga, D. Manuel Vieira de Matos, no Congresso Eucarístico Internacional, em 1922, em Roma, onde era favoravelmente acolhida a ideia de iniciar o escutismo católico em Portugal. O reconhecimento oficial do escutismo católico não foi obtido sem problemas; em Junho de 1923 o ministro do Interior, Sá Cardoso, comprometeu-se a retirar a assinatura do decreto que legalizaria o CNE, um volte-face que era devido ao protesto do senador Pereira Osório, que tinha acusado o CNE de ter uma feição militar e de prosseguir «fins um pouco tenebrosos» <sup>79</sup>. Protestos nesse sentido surgiram também entre os dirigentes dos escuteiros laicos, que interpretaram o decreto que aprovou o regulamento da AEP no sentido de que nenhum escutismo confessional poderia existir. O CNE foi, afinal, reconhecido em 11 de Novembro de 1923, após intervenção de Mons. Dias de Andrade no Senado.

Na altura da criação da Mocidade Portuguesa a organização dos escuteiros católicos contava pouco mais de 4000 filiados e tinha progredido sobretudo no Norte do país <sup>80</sup>. Era evidente que o número de filiados da Mocidade Portuguesa cedo ultrapassaria o número de filiados do CNE, sendo oficialmente anunciado que a organização nacional de juventude abrangeria, logo de entrada, 200 000 rapazes <sup>81</sup>, mas nos círculos do escutismo católico existiam dúvidas acerca da efectiva potencialidade de enquadramento da Mocidade Portuguesa. Embora não duvidando das boas intenções de Carneiro Pacheco, o CNE observou que a Mocidade Portuguesa, por falta de

---

<sup>78</sup> Marcelo Caetano, «A educação cristã da juventude e a nova concepção do Estado», in *Diário da Manhã* de 9-5-1937.

<sup>79</sup> Benjamim Salgado, *Rádiosa Floração*, Braga, 1948, p. 14.

<sup>80</sup> Em 1937 o número de filiados do CNE nas regiões de Coimbra, Porto e Braga era de 1364, quase três vezes maior do que o número de filiados na região de Lisboa, Barreiro e Setúbal (485 filiados) (v. estatísticas do CNE publicadas no decorrer do ano de 1938 em *A Flor de Lis*).

<sup>81</sup> «Organização Nacional Mocidade Portuguesa», in *Diário da Manhã* de 2-7-1936.

meios apropriados e de educadores moralmente apetrechados, não podia ir muito além das exterioridades<sup>82</sup>. Mesmo assim, a Mocidade Portuguesa cresceu rapidamente, facto que causou desânimo em vários grupos do escutismo católico, levando alguns dirigentes dessa organização a duvidar se ainda havia sentido de continuar com o CNE. Até nas relações entre o CNE e as juventudes da Acção Católica tinha havido desentendimentos, que acrescentaram o sentimento de mal-estar dos seus dirigentes locais<sup>83</sup>.

Nesse estado de coisas, Carneiro Pacheco julgou que tinha chegado o momento de tentar convencer as autoridades eclesiásticas a dissolverem a organização dos escuteiros católicos. Como se pode deprender de uma carta do cardeal-patriarca dirigida ao ministro da Educação Nacional no Verão de 1938, Carneiro Pacheco teria dirigido um pedido nesse sentido ao secretário de Cerejeira. A resposta do cardeal-patriarca não deixava lugar para dúvidas: enquanto a Mocidade Portuguesa não desse aos seus filiados uma formação católica, o CNE não seria dissolvido. É interessante verificar que a argumentação de Cerejeira invoca o próprio espírito da Constituição do Estado Novo em matéria de liberdade individual para condenar a acção da Mocidade Portuguesa: «Já uma vez disse a V. Ex.<sup>a</sup> que me interessavam menos os 'escuteiros católicos' do que o princípio da liberdade de associação. Se o Estado Novo não é totalitário neste departamento da educação nacional, deve-se, em grande parte, à possibilidade de existência de associações particulares que não contrariam o bem público. A existência dos escuteiros parece-me a mim que ainda interessa mais ao Estado do que à Igreja. É uma demonstração de que o Estado Português reconhece a justa liberdade individual<sup>84</sup>.»

A carta citada acima é uma das poucas provas de que nós dispomos que mostram o empenho pessoal de Cerejeira junto do Ministério da Educação Nacional numa tentativa de impor uma orientação mais católica e menos totalitária à Mocidade Portuguesa. Conhecemos outra carta dele, escrita pouco antes, que resume as reivindicações católicas em relação à política de juventude do regime. Trata-se de uma carta em que Cerejeira dá conhecimento a Carneiro Pacheco de que não aceita o convite para participar na festa da Mocidade Portuguesa no acampamento de 28 de Maio de 1938: «Não obstante tudo o que V. Ex.<sup>a</sup> tem feito pela cristianização da Mocidade Portuguesa — e quero, em especial, salientar ainda agora a designação oficial de um assistente religioso para o acampamento —, não posso dar ainda um testemunho de absoluta confiança à Mocidade Portuguesa.» Receava que não houvesse garantias contra o risco de a Mocidade Portuguesa se poder tornar ainda mais radical nos seus métodos: «Se V. Ex.<sup>a</sup> abandonar o leme da educação nacional, qual será o espírito que guiará a Mocidade

---

<sup>82</sup> «O escutismo e a Mocidade Portuguesa», in *A Flor de Lis* de 15-12-1936.

<sup>83</sup> «O escutismo não morrerá», in *A Flor de Lis* de 14-5-1938.

<sup>84</sup> Carta do cardeal-patriarca ao ministro da Educação Nacional, s. d. (provavelmente do Verão de 1938), reprod. in José Geraldes Freire, *Resistência Católica do Salazarismo-Marcelismo*, Porto, 1976, pp. 209-213.

Portuguesa?» Como já vimos, esse perigo não era imaginário, tendo em conta os contactos entre a Mocidade Portuguesa e a *Hitlerjugend*, contactos esses também denunciados por Cerejeira: «Ainda não há muito tempo me surpreendeu dolorosamente a notícia do convite aos dirigentes da mocidade alemã (convite ao supremo dirigente da juventude hitleriana, *Reichsjugendführer* Baldur von Schirach, n. d. a.) para virem tomar parte nesta festa.» Um estreitamento de relações entre as duas mocidades «seria não só ofensivo e perigoso para a consciência católica portuguesa, mas também pouco digno da altivez nacional, sabido o inferior conceito que os Alemães têm de nós, filhos (segundo eles) de uma raça inferior e negroíde»<sup>85</sup>.

Na carta em que Cerejeira expressou a sua recusa de dissolver o CNE mencionou mais alguns aspectos da Mocidade Portuguesa que não lhe agradavam: entre outros, a prática, em alguns centros de instrução, de ministrar os exercícios obrigatórios aos domingos. É interessante notar como o cardeal-patriarca enfatiza as contradições entre os princípios e a prática da organização nacional de juventude. Elogia, por exemplo, os princípios de educação católica estipulados no regulamento da Mocidade Portuguesa, porque «obra de educação que não fosse católica era necessariamente anticatólica», o que «equivalia a recair na educação laica, que o Estado Novo justamente rejeitou». A questão da educação laica ou religiosa impunha-se com maior gravidade e violência do que nos tempos da 1.ª República, porque, sempre segundo Cerejeira, «a Mocidade Portuguesa é obrigatória (apesar do que a V. Ex.ª oportunamente apresentei em contrário) para todas as crianças portuguesas em determinada idade». Todavia, o princípio de formar os filiados segundo as regras da doutrina e da moral católicas ainda não era «traduzido eficazmente na prática». «Não só muitas vezes sucede que os filiados são, de facto, impedidos de cumprirem os seus deveres religiosos, sendo chamados a exercícios marcados em horas incompatíveis com eles, mas também falta ainda à Mocidade Portuguesa a assistência eclesiástica indispensável à formação cristã dos seus filiados.» Cerejeira denuncia isto como «obra de opressão das consciências»<sup>86</sup>.

A par das contestações feitas na imprensa católica e pessoalmente pelo cardeal-patriarca, a Igreja tentava influenciar activamente o processo evolutivo da Mocidade Portuguesa, penetrando nos corpos dirigentes dela. Este fenómeno verifica-se a partir do ano escolar de 1937-1938, quando, pela primeira vez, alguns sacerdotes ingressaram na direcção dos centros locais. Não se trata, todavia, de um grande número: no total foram 11 sacerdotes, 4% do número total de dirigentes locais<sup>87</sup>. No vértice da quadro directivo,

---

<sup>85</sup> Carta do cardeal-patriarca ao ministro da Educação Nacional de 27-5-1938, in José Geraldes Freire, *ob. cit.*, pp. 207-209.

<sup>86</sup> Carta do cardeal-patriarca ao ministro da Educação Nacional, s. d. (provavelmente do Verão de 1938), in José Geraldes Freire, *ob. cit.*, pp. 209-213.

<sup>87</sup> O número total de dirigentes locais em 1938 era de 251, dos quais 102 eram militares (41%), 138 eram civis (55%) e 11 eram sacerdotes (44%) (Portugal continental) (cálculo minha, baseada em dados do *Boletim da Organização Nacional Mocidade Portuguesa 1938*, Lisboa, 1939, pp. 23-27).

a Igreja ainda não estava representada, salvo na Escola Central de Graduados, onde foi nomeado professor, em 1938, o padre Manuel Machado da Rocha e Sousa (Manuel Rocha), fundador da Juventude Operária Católica em Portugal. Todavia, a presença de clérigos na Mocidade Portuguesa fazia crescentemente sentir a sua influência no seu programa de educação moral. Passo importante neste processo era a intervenção de clérigos do quadro directivo da Mocidade Portuguesa no 1.º congresso da organização nacional de juventude em Maio de 1939.

Durante esse congresso, que visava uma reflexão sobre os problemas educativos que estavam na base da organização, os padres Júlio Marinho e o já mencionado Manuel Rocha chamaram a atenção dos congressistas para as três principais reivindicações da Igreja em relação à Mocidade Portuguesa: proibição de instrução aos domingos, reconhecimento da necessidade de designar clérigos para ministrarem a educação moral dos seus filiados e, afinal, em matéria doutrinária, maior atenção à promulgação de valores de justiça social. Após a intervenção do padre Júlio Marinho foi aprovado por unanimidade o seguinte voto: «A Mocidade Portuguesa deve propor-se, como um dos seus objectivos fundamentais, a formação moral da juventude, a qual deve ser encargo de todos os dirigentes, ainda que, em especial, orientada por instrutores *especializados*»<sup>88</sup>.» A questão do horário de instrução também foi resolvida, sendo aprovado o voto de «que os programas de instrução da Mocidade Portuguesa sejam organizados por forma a permitirem aos rapazes o cumprimento dos seus deveres religiosos»<sup>89</sup>.

Das três questões levantadas pelos representantes da Igreja, a que recebeu mais atenção foi o tema da justiça social, o que era praticamente um tema obrigatório devido à presença do padre Manuel Rocha, uma personalidade muito conhecida pelo seu papel na realização do programa social da Acção Católica. Durante o congresso afirmava que tinha procurado, dentro da Escola Central de Graduados, resolver o problema da justiça social e que «foram os filiados da Mocidade Portuguesa que, guiados pelo professor, descobriram a solução: vá-se para o serviço social, para a missão social», mas, acima de tudo, «afirma-se insofismavelmente que não se pactuará com as injustiças da sociedade presente, como o chefe afirma, como a Constituição afirma e como a organização interessante do Estatuto Nacional do Trabalho lho afirma também»<sup>90</sup>. Esta tentativa de impregnar a Mocidade Portuguesa de uma consciência cristã de justiça social estava diametralmente oposta às ideias da ala mais radical da Mocidade Portuguesa nessa matéria, expressas por Humberto Delgado: «Cultivar-se-ão tão altas quanto possível, entre outras, as seguintes [virtudes]: a perseverança, a dedicação *até ao egoísmo* [itálicos meus], a resignação, a camaradagem, o valor, o carácter, a honestidade, o amor à responsabilidade, o sentimento da justa hierarquia,

---

<sup>88</sup> *I Congresso da Organização Nacional Mocidade Portuguesa*, Lisboa, 1939, p. 114.

<sup>89</sup> *Ibid.*, p. 122.

<sup>90</sup> *Ibid.*, p. 193.

a obediência inteligentemente voluntária <sup>91</sup>.» A orientação proposta pelos clérigos, todavia, obteve um apoio muito maior do que a proposta de Humberto Delgado. Dessa maneira, os representantes da Igreja conseguiram a votação e aprovação de uma proposta de constituição de uma comissão composta pelos Srs. Manuel Rocha, José Lopes Dias e Constantino Cardoso, presidida por Marcelo Caetano, para estudar o estabelecimento do serviço social na Mocidade Portuguesa <sup>92</sup>.

Os votos do congresso, todavia, tardaram a ser cumpridos, razão pela qual o cardeal-patriarca voltou a atacar a Mocidade Portuguesa numa alocução aos assistentes nacionais da Acção Católica proferida em 15 de Setembro de 1939: «Um Estado que pretende defender a civilização cristã sem criar condições à reforma interior das consciências realiza mero trabalho de fachada. Ora essa reforma das consciências é função principalíssima da Acção Católica. O Estado Português organizou as suas formações da mocidade e não falta quem imagine que possam substituir a Acção Católica. Estas organizações, tais quais se encontram actualmente, são incompletas: no aspecto moral e religioso não satisfazem as exigências da consciência cristã.» Mas, mesmo quando a Mocidade Portuguesa viesse completada no sentido moral e religioso, avisara Cerejeira, a Acção Católica não teria perdido a sua razão de ser: «A Acção Católica é quem melhor prepara o fermento da restauração nacional. Sem ela teríamos em Portugal actos de culto muito luzidos, mas puramente formalistas, vazios de fé e piedade <sup>93</sup>.»

Pouco tempo depois deste derradeiro ataque, e muito provavelmente no âmbito das negociações da Concordata com a Santa Sé, que viria a ser concluída em 1940, a Mocidade Portuguesa deu execução aos votos aprovados no seu 1.º congresso, satisfazendo plenamente as reivindicações da Igreja. Em Setembro de 1939 foi criado o cargo de director dos serviços de formação moral, a ser preenchido por uma pessoa de confiança das autoridades eclesiásticas. Uma das prerrogativas do director dos serviços de formação moral foi a escolha e nomeação dos assistentes religiosos da Mocidade Portuguesa. Para o cargo foi nomeado o próprio Manuel Rocha, defensor das reivindicações da Igreja no 1.º congresso da Mocidade Portuguesa. Dois meses depois foram oficialmente proibidos os exercícios ao domingo. A constituição dos serviços sociais efectuou-se em 1940, já na vigência do comissariado de Marcelo Caetano. A Mocidade Portuguesa continuava a ser um concorrente das organizações juvenis da Igreja, mas o episcopado tinha, pelo menos, impedido, após quatro anos de contestações e colaboração crítica, que a organização nacional da juventude tivesse evoluído num sentido mais totalitário.

---

<sup>91</sup> *Ibid.*, p. 179.

<sup>92</sup> *Ibid.*, p. 207.

<sup>93</sup> *Novidades* de 16-10-1939.

## 7. CONCLUSÕES

O presente artigo tratou, principalmente, dos primeiros quatro anos de existência da Mocidade Portuguesa, que constituíram um período crucial no processo de definição do seu campo de acção, suas relações com a Igreja e com o exército e o seu papel na sociabilização política da juventude. Assistiu-se a diversas tendências opostas:

- 1) Uma tendência totalitária de enquadramento de toda a juventude portuguesa, incluída a juventude não escolar, na Mocidade Portuguesa e tentativa de dissolução das organizações escutistas. Essa tendência fracassou porque os instrutores necessários para montar uma rede capilar a uma escala nacional escasseavam e a vontade política de resolver este problema, disponibilizando subsídios suficientes à Mocidade Portuguesa, faltava. Além disso, verificou-se que muito poucos patrões mostraram vontade de colaborar no programa de enquadramento obrigatório da juventude não escolar;
- 2) Uma forte pressão da Igreja contra os contactos com a *Hitlerjugend*, contra tentativas de dissolver o Corpo Nacional de Escutas e tentativas da Igreja para influenciar o conteúdo da política social da Mocidade Portuguesa num sentido cristão, mediante a presença de padres no quadro de dirigentes da Mocidade Portuguesa, designadamente na Escola Central de Graduados;
- 3) Uma tendência de levar a militarização da Mocidade Portuguesa mais longe, tendo como promotor mais assíduo o cap. aviador Humberto Delgado, tendência que seria praticamente derrotada na sequência do 1.º congresso da Mocidade Portuguesa (1939): tensões entre a Mocidade Portuguesa e o exército em relação à sobreposição de competências da Mocidade Portuguesa às do Ministério da Guerra.

Com o afastamento, em 1940, dos dois principais promotores das tendências *totalizantes* da Mocidade Portuguesa, Carneiro Pacheco e Nobre Guedes, e a nomeação de Marcelo Caetano para o cargo de comissário nacional abriu-se o caminho para uma profunda remodelação da Mocidade Portuguesa. Marcelo Caetano, que já tinha exercido funções directivas no Corpo Nacional de Escutas, dotou a Mocidade Portuguesa com um serviço social, pôs fim aos contactos com a *Hitlerjugend* e instaurou a Mocidade Portuguesa nas universidades. No seu livro *A Missão dos Dirigentes* redefiniu a ideologia e a moral da Mocidade Portuguesa; por fim, apoiou firmemente a Liga dos Antigos Graduados, uma associação fundada em 1945, que visava dar expressão política às promessas vagas e implícitas no programa da Mocidade Portuguesa, sintetizadas no lema «a revolução continua».